



André dos Santos Oliveira

# Condições iniciais como preditores do cumprimento do PAECPE

Uma análise recorrendo à fsQCA

Relatório de Estágio apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra  
para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão

Janeiro de 2017



UNIVERSIDADE DE COIMBRA





FEUC FACULDADE DE ECONOMIA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

André dos Santos Oliveira

# Condições iniciais como preditores do cumprimento do PAECPE

## Uma análise recorrendo à fsQCA

Relatório de Estágio de Mestrado em Gestão apresentado à Faculdade de  
Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Entidade de acolhimento: Instituto do Emprego e Formação Profissional, Delegação Regional do Centro

Orientador académico: Prof. Doutor Pedro Godinho  
Supervisor na entidade de acolhimento: Doutor José Ambrósio

Coimbra, janeiro de 2017

À memória dos meus avós Alda e António,  
Que sempre foram um exemplo para mim,  
E que irei para sempre recordar com saudade.

## Agradecimentos

Este relatório de estágio marca o final do meu percurso académico, percurso esse que não foi feito sozinho e que não seria possível, ou pelo menos o igual, se não fosse por uma série de pessoas. Desta forma endereço o meu mais sincero e sentido agradecimento aos seguintes:

Ao meu orientador académico, o Professor Doutor Pedro Godinho, pela sua disponibilidade e preocupação, mas também pela exigência que teve para comigo.

Ao meu supervisor na entidade de acolhimento, o Doutor José Ambrósio por, apesar de ser o homem mais atarefado do mundo, parar sempre o que estava a fazer quando eu precisava da sua ajuda.

A toda a equipa da Delegação Regional do Centro pelo fantástico acolhimento, em especial aos meus colegas de gabinete, a Doutora Ana Cristina Matos Beja e o Doutor António Melício pela constante boa disposição, e à Doutora Maria do Céu Lopes e Doutora Ana Margarida Veiga pela paciência inesgotável que tiveram na explicação das tarefas que eu desenvolvi, bem como no esclarecimento de todas as dúvidas que me surgiram.

Ao Fábio e ao Cláudio, meus colegas de estágio, por toda a ajuda que me prestaram e pela boa disposição que fazia o tempo passar sem eu dar conta.

A todos os amigos que fiz durante todo o meu percurso académico, que não vou nomear pois é certo que me esqueceria de alguém, por terem contribuído para tornar o tempo que passei em Coimbra inesquecível.

À Andrea por me aturar nos piores momentos e por festejar comigo mesmo as mais pequenas vitórias.

Por último, o mais importante: aos meus pais, à minha irmã e aos meus avós por criarem todas as condições para que eu pudesse estudar, pois sem eles tal não seria possível.

A todos, um muito obrigado.

## Resumo

O presente relatório insere-se no âmbito do estágio curricular incluído no plano de estudos do Mestrado em Gestão oferecido pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. O referido estágio curricular foi realizado na Delegação Regional do Centro do Instituto do Emprego e Formação Profissional. Ao longo do relatório é dada a conhecer a entidade de acolhimento, percorrendo a sua história desde a fundação das entidades que lhe deram origem até aos dias de hoje, bem como a importância que tem no panorama nacional. São também descritas as atividades executadas durante o estágio e que estão relacionadas com diversos programas oferecidos pelo Instituto. Uma dessas atividades foi a análise de candidaturas ao Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego, de onde surgiu a motivação para a realização de um estudo sobre a relação entre as condições iniciais apresentadas pelas empresas criadas ao abrigo do programa e a probabilidade de cumprimento que, de acordo com o regulamento, acontece se os promotores mantiverem o seu emprego durante três anos. O primeiro passo neste estudo consistiu na realização de uma revisão da literatura existente com o objetivo de fazer um apanhado das variáveis mais utilizadas pelos investigadores que já efetuaram estudos sobre a relação das condições iniciais com o desempenho dos projetos de empreendedorismo. De seguida foram recolhidos dados relativos a algumas dessas variáveis de processos do PAECPE para os quais era possível aferir o seu cumprimento ou incumprimento, os quais foram analisados recorrendo a uma metodologia denominada *fuzzy-set Qualitative Comparative Analysis*. Esta metodologia tem a particularidade de permitir estudar as variáveis na forma de configurações em vez de as estudar de forma independente. Os resultados mostraram que existe uma variável de forma isolada e duas configurações de variáveis que estão relacionadas com uma maior probabilidade de cumprimento do programa.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo, PAECPE, fsQCA, Condições iniciais, Perfil do empreendedor.

**Classificação JEL:** J140, J160, L260

## Abstract

This report is part of the curricular internship included in the master's degree in Management offered by the Faculty of Economics of the University of Coimbra. This curricular internship was carried out at the regional delegation for the center of the country of the Portuguese public institute responsible for employment policies and combating the unemployment. The initial part of the report introduces the host entity, tracing its history from the foundation of the entities that formed its roots to the present day, as well as the importance it has in the Portuguese panorama. There is also a description of the activities performed during the internship related to various programs offered by the Institute. One of those activities was the analysis of applications to an entrepreneurship and self employment program (PAECPE), from which emerged the motivation for conducting a study. The study researches the relationship between the initial conditions presented by the companies created under the program and the probability of their compliance with the program's regulation, which happens if the entrepreneurs keep their job for three years. The first step in this study was to perform a review of the existing literature with the objective of making a survey of the variables most used by researchers who have already carried out studies on the relation of initial conditions with the performance of entrepreneurial projects. Next, data regarding some of those variables was collected on the program's applications for which it was possible to verify its compliance or non-compliance. Then, the data was analysed using a methodology called fuzzy-set Qualitative Comparative Analysis. This methodology has the peculiarity of allowing the study of the variables in the form of configurations instead of studying them independently. The results showed that there is an isolated variable and two configurations of variables that are related to a greater probability of compliance with the program's regulation.

**Keywords:** Entrepreneurship, PAECPE, fsQCA, Initial conditions, Profile of the entrepreneur.

**JEL Classification:** J140, J160, L260

## Lista de Acrónimos e Siglas

BO – *Business Objects*

CPE – Criação do Próprio Emprego

DRC – Delegação Regional do Centro

FDMO – Fundo de Desenvolvimento da Mão de Obra

fsQCA – *fuzzy-set Qualitative Comparative Analysis*

IAS – Indexante dos Apoios Sociais

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, Instituto Público

IPG – Instituto Politécnico da Guarda

ISS – Instituto da Segurança Social

NE – Nível de Emprego

PAECPE – Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego

PEPAC – Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Central

QCA – *Qualitative Comparative Analysis*

SIEF – Sistema de Informação do Emprego e Formação

SIGAE – Sistema de Informação e Gestão da Área do Emprego

SISS – Sistema de Informação da Segurança Social

SNE – Serviço Nacional de Emprego



## Lista de figuras

Figura 1 - Organograma da Delegação Regional do Centro.....	10
Figura 2 - Diagrama de Venn mostrando a sobreposição parcial dos conjuntos X, Y e Z .....	40

## Lista de tabelas

Tabela 1 - Estatísticas descritivas e distribuição das frequências das variáveis ...	45
Tabela 2 - Correspondência entre valores calibrados e não calibrados da variável "habilitações literárias" e distribuição de frequências .....	47
Tabela 3 - Valores calibrados e não calibrados dos 15 primeiros casos da amostra .....	48
Tabela 4 - Tabela de verdade do estudo realizado .....	49
Tabela 5 - Resultados da aplicação do fsQCA ao PAECPE.....	50

## Índice

Introdução .....	1
Parte I - O estágio .....	3
Capítulo 1 - O Instituto do Emprego e Formação Profissional .....	3
Breve enquadramento histórico .....	3
O Instituto hoje e suas atribuições .....	5
Missão, visão, valores e objetivos .....	7
A Delegação Regional do Centro .....	9
Capítulo 2 – O estágio .....	11
Objetivos e plano de estágio .....	11
Atividades desenvolvidas .....	11
Outras atividades .....	17
Análise crítica .....	18
Sugestões de melhoria .....	21
Parte II – Revisão bibliográfica .....	23
Capítulo 3 - Revisão bibliográfica .....	23
Parte III – O estudo empírico .....	29
Capítulo 4 – Metodologia .....	30
Relações entre conjuntos .....	30
Fuzzy-sets e operações com fuzzy-sets .....	32
O método fsQCA .....	35
Calibragem .....	36
Consistência .....	36
Cobertura .....	39
Capítulo 5 – Aplicação da fsQCA ao PAECPE .....	42

Amostra .....	42
Variáveis .....	42
Tabela de verdade.....	48
Resultados .....	50
Discussão .....	51
Conclusão .....	55
Referências bibliográficas .....	57
Legislação consultada .....	59
Apêndice A – Dados utilizados no estudo empírico .....	60

## Introdução

O Mestrado em Gestão oferecido pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra dá-nos a possibilidade de escolher entre a realização de um estágio curricular, uma dissertação ou um trabalho de projeto para concluir o ciclo de estudos. Convicto de que seria uma mais valia em termos de integração no mercado de trabalho optei pela realização do estágio. Este relatório insere-se no âmbito da realização desse estágio.

O estágio foi realizado na Delegação Regional do Centro (DRC) do Instituto do Emprego e Formação Profissional, Instituto Público, doravante designado por IEFP, entre os dias 15 de fevereiro e 20 de junho de 2016. A primeira parte deste relatório será dedicada ao estágio realizado. Procurar-se-á que o leitor fique a conhecer um pouco melhor o IEFP, através da sua história desde as suas raízes como Comissariado e Fundo de Desemprego até à forma como se organiza nos dias de hoje em unidades orgânicas centrais, regionais e locais, bem como a sua missão, visão, valores, objetivos e atribuições. Será também descrito o estágio realizado com destaque para as atividades desenvolvidas, serão explicados todos os programas oferecidos pelo instituto onde alguma atividade foi realizada com destaque para o Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego (PAECPE), o programa que se revela central na terceira parte deste relatório. No final desta primeira parte é ainda feita uma análise crítica ao desempenho durante o estágio e são deixadas algumas sugestões de melhoria para a DRC, relativas a futuros estágios curriculares que esta venha a receber.

Paralelamente ao estágio realizado na entidade de acolhimento foi também realizado um estudo empírico. Uma vez que foi experimentada alguma dificuldade na análise das candidaturas ao PAECPE por ser um processo que depende da subjetividade de quem analisa, optou-se por investigar uma forma de aumentar a certeza na hora de deferir ou indeferir as candidaturas, o que imediatamente suscitou a ideia de tentar relacionar as condições iniciais apresentadas por cada projeto com o cumprimento, ou não, do programa. Inicialmente foi efetuada uma revisão da bibliografia existente com o objetivo de perceber quais as variáveis mais utilizadas pelos investigadores na realização de estudos que relacionam as condições iniciais com o desempenho das empresas. Tendo essas

variáveis em mente, foi, de seguida, recolhida uma amostra de processos para os quais já era possível aferir o seu cumprimento ou incumprimento. A análise foi efetuada recorrendo a uma metodologia denominada *fuzzy-set Qualitative Comparative Analysis* (fsQCA) que nos permite obter como resultados as configurações de variáveis que tipicamente levam ao cumprimento dos projetos apresentados pelos candidatos.

A segunda parte deste relatório consiste na revisão da literatura existente que estuda a relação das condições iniciais das empresas com a sua sobrevivência, onde serão descritas as variáveis mais estudadas, a forma como elas podem influenciar o desempenho das novas empresas e os resultados quanto a elas obtidos nos estudos já efetuados. Na terceira parte será efetuada a descrição da metodologia, bem como as razões para a sua escolha, sendo depois apresentados e discutidos os resultados. Por fim, serão feitas algumas considerações finais relativamente ao estágio efetuado e ao estudo empírico realizado.

## Parte I - O estágio

### Capítulo 1 - O Instituto do Emprego e Formação Profissional

#### Breve enquadramento histórico<sup>1</sup>

A primeira contabilização do número de desempregados em Portugal foi realizada, através de um inquérito, em 1931. O país estava mergulhado na Grande Depressão e os 41 mil desempregados foram razão suficiente para se tomar medidas de combate ao desemprego. Para tal foi criado, em 1932, o **Comissariado e o Fundo de Desemprego**, integrado no Ministério das Obras Públicas. Tomava uma abordagem diferente da dos organismos existentes noutros países: não concedia subsídios aos desempregados mas optava por fazer coincidir a mão-de-obra disponível com o trabalho que precisava de ser feito. Entidades públicas ou privadas que contratassem trabalhadores inscritos, desde que acrescido ao seu número normal de trabalhadores, beneficiavam do apoio no pagamento de 50% das suas remunerações. O Fundo de Desemprego era financiado pela contribuição de 3% das remunerações recebidas pelo trabalhador, na parte de 1% paga pela entidade patronal e 2% pelo próprio. Como a crise se previa passageira, também o seu funcionamento se previa temporário estando mesmo prevista a sua extinção e transição para o regime normal no documento que lhe deu origem.

Na década de 1960, Portugal encontrava-se num processo de reorganização industrial causada pela industrialização, o que provocou um aumento no número de desempregados, maioritariamente operários fabris. Para garantir a sua sobrevivência foi criado o **Fundo de Desenvolvimento da Mão de Obra (FDMO)**, em 1962, com o objetivo de conceder pensões de reforma ou invalidez e subsídios de desemprego. Havia a necessidade de reclassificar a mão-de-obra para a integrar em novas indústrias e, para tal, era imprescindível dar-lhe nova formação. É com este propósito que foi criado, no mesmo ano, o **Instituto de Formação Profissional Acelerada** que para tal organizou **Centros de Formação Profissional Acelerada**.

---

<sup>1</sup> Adaptado de <https://www.iefp.pt/historia>

Como estas medidas se revelaram insuficientes para combater a crise e o movimento migratório foi criado, em 1965, o **Serviço Nacional de Emprego (SNE)**, sob a tutela do Ministério das Corporações e Previdência Social. A este Serviço competia o estudo e a organização do mercado de emprego.

Em 1967 introduziu-se o **Centro de Emprego**. Inicialmente foram seis os centros de emprego que se juntaram ao já referido centro de formação profissional, mas expandiram-se a uma média de 4 centros por ano, sempre com um maior foco no emprego, cobrindo uma cada vez maior área territorial.

Com o fim do Estado Novo é criado o Ministério do Trabalho, que sucede ao Ministério das Corporações e Previdência Social. Sob a sua tutela é mantido o FDMO, passa a estar o Fundo de Desemprego, uma vez que é criado o Gabinete de Gestão do Fundo de Desemprego que sucede ao Comissariado para o Desemprego e são ainda criadas as Secretarias de Estado do Emprego e da Emigração. Dentro da Secretaria de Estado do Emprego passam a existir as Direções Gerais do Emprego (a qual vê cometidas as atribuições do extinto SNE) e de Promoção do Emprego.

O Instituto do Emprego e Formação Profissional é efetivamente criado em 1979 por forma a reunir num único organismo a execução das políticas de emprego e formação profissional dando continuidade às responsabilidades das Direções Gerais do Emprego e da Promoção do Emprego e do Fundo de Desenvolvimento da Mão de Obra numa única entidade dotada de autonomia administrativa e financeira.

Em 1982 foi definida a sua Lei Orgânica, que definiu as suas atribuições e serviços prestados e em 1985 é publicado o seu Estatuto que vem instituir uma gestão tripartida, constituída por representantes da administração pública, das confederações sindicais e das confederações empresariais no Conselho de Administração, na Comissão de Fiscalização e nos Conselhos Consultivos e uma estrutura de serviços desconcentrada, criando Delegações Regionais. São elas as Delegações Regionais do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve.



Em 2007, por força dos objetivos do Programa do XVII Governo e do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) foi revisto o Estatuto com o objetivo de "melhorar a qualidade dos serviços prestados, simplificar procedimentos, racionalizar custos e contribuir para a aproximação entre a Administração e os cidadãos".

### **O Instituto hoje e suas atribuições**

Em 2012, uma nova revisão causa a reestruturação do instituto mantendo, no entanto, a gestão tripartida e a presença desconcentrada. A Portaria 319/2012 de 12 de outubro vem determinar a sua organização interna: é constituído por serviços centrais e serviços desconcentrados (art.º 1º). Os serviços centrais subdividem-se em unidades orgânicas operacionais e de suporte, designadas departamentos e direções de serviços, e por unidades orgânicas de apoio especializado, designadas assessoria e gabinete. Os serviços desconcentrados organizam-se em Delegações Regionais que, por sua vez, se subdividem em unidades orgânicas de coordenação regional e em unidades orgânicas locais. Estas unidades orgânicas locais são aquilo que usualmente é designado por Centro de Emprego, sendo que na totalidade existem 30 Centros de Emprego e Formação Profissional, 23 Centros de Emprego e um Centro de Formação e Reabilitação Profissional.

A melhor forma de perceber o papel do IEFP no panorama nacional é olhar para as suas atribuições, tal como são especificadas no Decreto-Lei n.º 143/2012 de 11 de julho. São elas:

#### Promover

- a organização do mercado de emprego tendo em vista o ajustamento direto entre a oferta e a procura de emprego;
- a informação, a orientação, a qualificação e a reabilitação profissional, com vista à colocação e progressão profissional dos trabalhadores no mercado de trabalho;
- a qualificação escolar e profissional dos jovens e adultos, através, respetivamente da oferta de formação de dupla certificação e formação profissional certificada, ajustada aos percursos individuais e relevante para a modernização da economia;

- a realização, por si ou em colaboração com outras entidades, das ações de formação profissional adequadas às necessidades das pessoas e de modernização e desenvolvimento do tecido económico;
- o desenvolvimento dos ofícios e das microempresas artesanais, designadamente enquanto fonte de criação de emprego ao nível local;
- a reabilitação profissional das pessoas com deficiência, em articulação com o Instituto Nacional de Reabilitação, IP;

#### Incentivar

- a criação e a manutenção de postos de trabalho, através de medidas adequadas ao contexto económico e às características das entidades empregadoras;
- a inserção profissional dos diferentes públicos através de medidas específicas, em particular para aqueles com maior risco de exclusão do mercado de emprego;

#### Assegurar

- o desenvolvimento das políticas relativas ao mercado social de emprego, enquanto conjunto de iniciativas destinadas à integração ou à reintegração socioprofissional de pessoas desempregadas com particulares dificuldades face ao mercado de trabalho, com base em atividades dirigidas a necessidades sociais por satisfazer e a que o normal funcionamento do mercado não dá uma resposta satisfatória, em articulação com a área da segurança social;

#### Fomentar

- o conhecimento e a divulgação dos problemas de emprego através de uma utilização dos recursos produtivos integrada no crescimento e desenvolvimento socioeconómico;

### Participar

- na coordenação das atividades de cooperação técnica desenvolvidas com organizações nacionais e internacionais e países estrangeiros nos domínios do emprego, formação e reabilitação profissionais;

### Colaborar

- na conceção, elaboração, definição e avaliação da política de emprego, de que é órgão executor;

### Realizar

- ações de acompanhamento, de verificação e de auditoria aos apoios, financeiros ou técnicos, concedidos no âmbito das medidas de emprego e de formação profissional de que seja executor.

## Missão, visão, valores e objetivos

Como qualquer empresa com uma estratégia bem definida, também o IEFP definiu a sua missão, visão, valores e objetivos. Sendo o serviço público de emprego nacional, IEFP tem por **missão** promover a criação e a qualidade do emprego e combater o desemprego, através da execução de políticas ativas de emprego, nomeadamente de formação profissional.

Já a sua **visão** diz-nos que o IEFP pretende destacar-se como:

- Um serviço indispensável e de excelência no combate ao desemprego, através do permanente reforço do ajustamento entre a procura e a oferta de emprego;
- Uma referência na valorização das qualificações dos cidadãos jovens e adultos, e no reforço das suas competências, através do desenvolvimento de uma política de formação profissional, que potencie a sua empregabilidade;

- Uma organização que promove a formação contínua dos seus colaboradores, no sentido de garantir a crescente qualidade do seu desempenho e o desenvolvimento das suas competências.

No conjunto dos seus **valores** encontramos:

- Profissionalismo, ética e respeito;
- Responsabilidade, objetividade e imparcialidade;
- Compromisso com a qualidade e a melhoria contínua;
- Orientação para as necessidades atuais e futuras dos seus clientes, esforçando-se por exceder as suas expectativas;
- Inovação e simplificação de processos, produtos e serviços;
- Desenvolvimento dos seus recursos humanos, apostando na aquisição de novas competências;
- Cultura de promoção da responsabilidade social e da sustentabilidade ecológica, tanto no domínio interno como externo;
- Acessibilidade e proximidade nos contactos e acesso aos serviços.

Por fim, no que toca aos **objetivos estratégicos**, eles são aqui apresentados de uma forma sintética por uma questão de gestão de espaço, mas encontram-se descritos de uma forma mais desenvolvida na Carta da Qualidade do IEFP. São eles:

- Promover o emprego e a empregabilidade;
- Promover a qualificação profissional;
- Promover a modernização e reforço da intervenção do serviço público de emprego;
- Reforçar a eficácia, eficiência e qualidade do serviço;
- Otimizar a interação com os utentes;
- Promover e reforçar as parcerias estratégicas com as empresas;
- Dinamizar a melhoria contínua do clima organizacional/social;
- Promover a responsabilidade social.

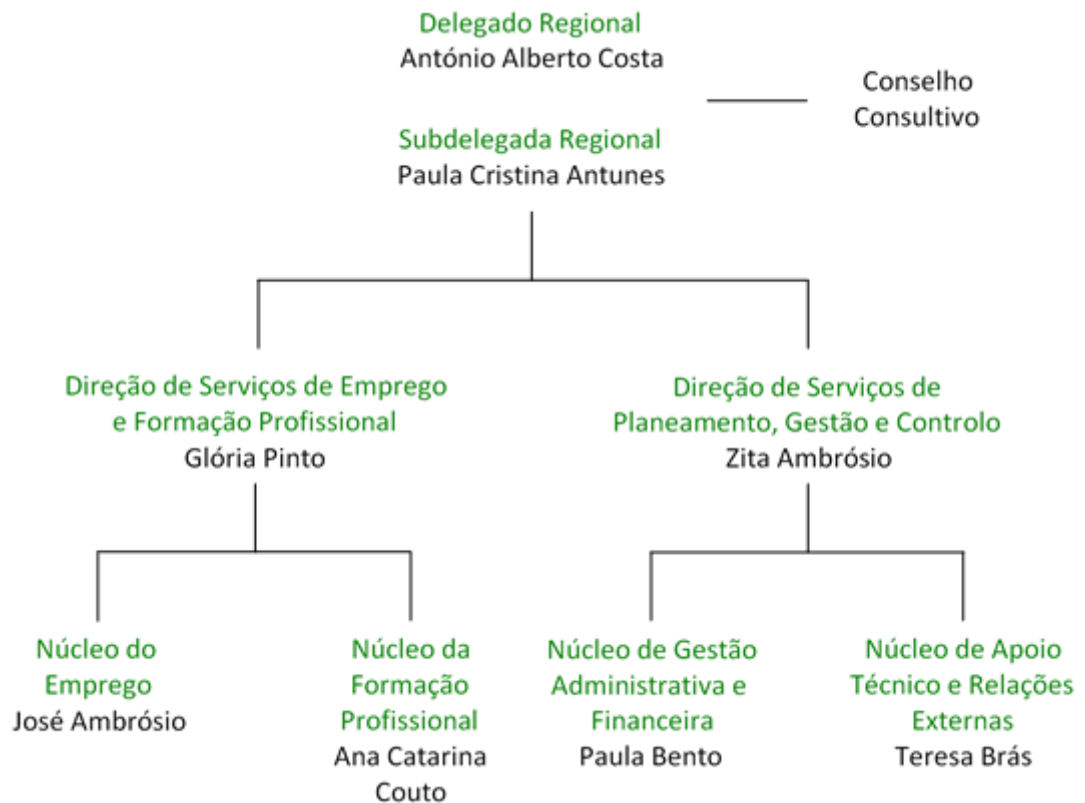
## **A Delegação Regional do Centro**

Sendo parte integrante dos serviços desconcentrados do Instituto, a Delegação Regional do Centro é constituída por unidades orgânicas de coordenação regional e por unidades orgânicas locais. Como unidades orgânicas de coordenação regional temos a Direção de Serviços de Emprego e Formação Profissional e a Direção de Serviços de Planeamento, Gestão e Controlo, ambas localizadas na cidade de Coimbra. As suas unidades orgânicas locais são, neste momento, os Centros de Emprego e Formação Profissional de Águeda, Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Pinhal Interior Norte (presente na Lousã e em Arganil) e Viseu, e os Centros de Emprego da Covilhã, Dão-Lafões (São Pedro do Sul e Tondela) e da Figueira da Foz.

O responsável pela Delegação é o Delegado Regional, Dr. António Alberto Costa que tem como Subdelegada a Dra. Paula Cristina Antunes. Ao nível das Direções de Serviços, a de Emprego e Formação Profissional é encabeçada pela Dra. Glória Pinto e a de Planeamento, Gestão e Controlo pela Dra. Zita Ambrósio (*cf.* Figura 1).

A 31 de dezembro de 2015, os dados mais recentes disponíveis, a Delegação Regional do Centro empregava 646 funcionários, dos quais 53 eram Dirigentes, 437 Técnicos Superiores, 104 Assistentes Técnicos e os restantes 52 a dizerem respeito aos Assistentes Operacionais.

**Figura 1 - Organograma da Delegação Regional do Centro**



Fonte: Elaboração própria

Conforme previsto no nº 3 do art.º 3º da Portaria 319/2012 de 12 de outubro, dentro de cada Direção de Serviços foram criados dois núcleos. Assim, a Direção de Serviços de Emprego e Formação Profissional está subdividida no Núcleo do Emprego e no Núcleo da Formação Profissional. É dentro do Núcleo do Emprego, sob a coordenação do Dr. José Ambrósio que se insere o estágio realizado.

## Capítulo 2 – O estágio

### Objetivos e plano de estágio

Os objetivos e o plano do estágio estavam definidos *a priori* na Ficha de Oferta de Estágio. Segundo esta, o objetivo traçado para este estágio curricular era o de “Conhecer e aplicar os procedimentos de financiamento do IEFP no âmbito do Portugal 2020 – Quadro de Referência Estratégico Nacional de 2014/2020, sob a supervisão do orientador de estágio”. Tendo em conta este objetivo, foi traçado o seguinte plano de estágio:

1. Conhecer o funcionamento dos Sistemas de Informação utilizados pela Unidade Orgânica, utilizando-os de forma eficaz: Conhecer as funcionalidades no âmbito do SIGAE – Sistema de Informação e Gestão da Área do Emprego; Conhecer as funcionalidades no âmbito do SIEF – Sistema de Informação do Emprego e Formação; Conhecer as funcionalidades no âmbito do BO – *Business Objects*;
2. Elaborar pareceres no âmbito das candidaturas a diversos programas: Como estruturar um parecer tendo em conta dos diversos programas;
3. Emitir pagamentos (1ª e 2ª prestações) no âmbito das medidas Estímulo 2013 e Reembolso da TSU: Verificar requisitos para pagamento; Funcionalidades diretamente ligadas à emissão de pagamentos ao nível do SGC – Sistema de Gestão de Candidaturas; Emissão, a partir do site da Segurança Social e Autoridade Tributária, de certidões da Segurança Social e Autoridade Tributária;
4. Aplicar as medidas e programas de emprego: Medida Estímulo Emprego – Enquadramento Normativo e Regulamentar; Medida Estágio Emprego – Enquadramento Normativo e Regulamentar;

### Atividades desenvolvidas

O estágio teve início no dia 15 de fevereiro de 2016. A sua fase inicial, que englobou sensivelmente as duas primeiras semanas, foi essencialmente teórica e serviu para perceber o funcionamento do IEFP, através da leitura do Código do Procedimento Administrativo, dos regulamentos do Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Criação

do Próprio Emprego (PAECPE) e do Programa Investe Jovem e respetivos Manuais de Procedimentos, exemplos de candidaturas a estes dois programas já analisadas e das instruções para a submissão das candidaturas no portal NETemprego.

Na prática, as atividades desenvolvidas no âmbito do estágio incluem-se, maioritariamente, em dois tipos de programas oferecidos pelo IEFP: os de Criação do Próprio Emprego (CPE) e os Apoios à Contratação, tendo, no entanto, ocorrido uma breve passagem pelo programa Estágio Emprego. Quanto aos programas de CPE, comecei por trabalhar no Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego (PAECPE) tendo, mais tarde, visto alguns processos relativos ao programa Investe Jovem.

### *Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego*

O PAECPE é um programa através do qual é dada a possibilidade a uma ou várias pessoas em situação de desemprego (promotores) de criarem o seu próprio negócio. É regulamentado pela Portaria 985/2009, de 4 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Portaria n.º 58/2011, de 28 de janeiro e prevê as seguintes medidas:

- a) Apoio à criação de empresas de pequena dimensão, através de crédito com garantia e bonificação da taxa de juro;
- b) Programa Nacional de Microcrédito, no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Economia Social (PADES);
- c) Apoio à criação do próprio emprego por beneficiários de prestações de desemprego.

As candidaturas a este programa são endereçadas ao IEFP ainda que, dependendo da medida, existam outras partes ativas no processo (p.e. o crédito é concedido por uma instituição bancária e a antecipação das prestações do subsídio de desemprego pelo Instituto da Segurança Social).

Neste capítulo a atividade por mim desenvolvida foi a de avaliação das candidaturas. Esta avaliação iniciava-se com a leitura do formulário de candidatura preenchido pelos promotores no portal NETemprego e dos restantes documentos que têm



de ser obrigatoriamente anexados. Entre estes documentos encontramos a memória descritiva, cuja utilidade é fundamentar os valores inseridos no formulário, o *curriculum vitae* dos promotores, faturas pró-forma que justifiquem o valor do investimento a efetuar e declarações de não dívida à Autoridade Tributária e ao Instituto da Segurança Social. De seguida preencha o respetivo parecer técnico, que consiste numa folha de cálculo padronizada na qual é inserida a informação contida no plano de negócios relativa ao objeto do negócio, clientes, fornecedores e concorrentes, experiência e formação dos promotores e análise financeira do projeto, na qual se inclui a previsão de vendas e a estimação dos custos e gastos por forma a obter os valores dos cash-flows para um horizonte temporal de pelo menos três anos. Usando estes valores de cash-flows eram calculados o Valor Atual Líquido, a Taxa Interna de Rentabilidade e o Período de Recuperação do Capital, complementados por uma análise de sensibilidade. Estes indicadores são determinantes para a avaliação da viabilidade do negócio mas não são suficientes uma vez que o processo pode ser indeferido por falta de experiência e formação dos promotores, ou ainda por outros motivos, tais como a falta de licenciamento para a atividade. Importa referir que no caso das candidaturas que se enquadrem na alínea a) apresentada atrás, esta análise financeira é efetuada pela instituição financeira que concederá, ou não, o crédito e essa análise é aceite pelo IEFP, no entanto estes casos são residuais.

A análise culminava com a decisão de deferimento/indeferimento da candidatura devidamente justificado. Posteriormente essa avaliação era verificada pela Técnica Superior responsável pela avaliação das candidaturas ao PAECPE, que corrigia eventuais conclusões erradas que tivesse tirado ou algo que estivesse em falta, sem nunca deixar de me explicar o porquê.

### *Investe Jovem*

Numa fase mais adiantada do estágio, foi-me dada a oportunidade de analisar candidaturas ao programa Investe Jovem (regulamentado pela Portaria n.º 151/2014, de 30 de julho) que, tal como o nome indica, é direcionado a um público mais jovem e oferece três tipos de apoios:

- a) Apoio financeiro ao investimento;
- b) Apoio financeiro à criação do próprio emprego dos promotores;
- c) Apoio técnico na área do empreendedorismo para reforço de competências e para a estruturação e consolidação do projeto.

No caso deste programa o apoio financeiro é efetuado na forma de um empréstimo bancário sem juros concedido pelo IEFP. Já o apoio financeiro à criação do próprio emprego consiste em subsídios não reembolsáveis que poderão, ou não, acrescer à antecipação das prestações do subsídio de desemprego a que tem direito como no caso do PAECPE. Desta forma dá-se a oportunidade de receber um apoio à criação do próprio emprego a quem, por força de nunca ter trabalhado ou ter trabalhado pouco tempo, não tem ainda direito a receber subsídio de desemprego.

A grande diferença na atividade por mim desenvolvida relativamente aos dois programas explica-se pelo facto de a análise financeira do programa Investe Jovem não ser efetuada pelo IEFP mas sim por uma instituição de ensino superior, neste caso o Instituto Politécnico da Guarda (IPG), à qual foi atribuída por ajuste direto. Posto isto, a minha análise também consistia na leitura do formulário de candidatura e preenchimento de uma folha de cálculo padronizada. Este preenchimento ficava-se por informações básicas relativas ao(s) promotor(es) e à empresa a criar e à verificação de se os documentos que deviam acompanhar a candidatura efetivamente constavam. De seguida os processos seguiam para o IPG para ser efetuada a análise financeira. Avaliada a viabilidade os processos retornavam ao IEFP para que a Técnica Superior decidisse o seu deferimento/indeferimento. No entanto, nesta fase, já não voltavam a passar por mim.

### *Estímulo Emprego*

Diferente dos programas anteriormente descritos é o programa Estímulo Emprego que é um programa de apoio à contratação. Esse apoio é financeiro e é concedido a entidades que celebrem contratos de trabalho com desempregados inscritos nos centros de emprego. Para tal uma entidade terá que celebrar um contrato a termo certo (de, no mínimo, seis meses) ou sem termo, estando, no entanto, obrigada a que haja criação líquida de emprego. Para haver criação líquida de emprego é necessário que o número de

trabalhadores que apresenta à data da candidatura acrescido do trabalhador alvo de apoio – o que se designa por Nível de Emprego (NE) – seja superior à média de trabalhadores dos últimos 6 ou 12 meses, a que for mais favorável para a entidade. Concedido o apoio a entidade terá de apresentar um NE não inferior ao que consta do termo de aceitação na data de término do contrato com o trabalhador cuja contratação foi apoiada ou, no caso de contrato sem termo, passado um ano.

Aquando de uma primeira análise de uma candidatura a este programa, o número de trabalhadores da entidade nessa data é aferido recorrendo ao Sistema de Informação e Gestão da Área do Emprego (SIGAE) que, por sua vez, os recolhe automaticamente dos dados de qualificação constantes do Sistema de Informação da Segurança Social (SISS). O problema com este programa acontece aqui, uma vez que os dados das entidades presentes no SISS podem estar desatualizados, e muitas vezes estão. É muito comum que um determinado trabalhador já tenha deixado de trabalhar para a entidade mas ainda faça parte dos trabalhadores dessa mesma entidade nos dados que constam do SISS. Isto leva a que o NE inscrito no termo de aceitação das condições do programa esteja errado. É, também, comum que os responsáveis pelas entidades não reparem que o NE no termo de aceitação está errado e assinem o documento. Quando isto acontece, na data de término do contrato (ou passado um ano no caso de um contrato sem termo), quando o IEFP volta a verificar se a entidade mantém o NE conclui que não e coloca a empresa em incumprimento, quando na realidade até pode estar a cumprir. Isto resulta em pedidos, por parte das entidades ao IEFP, de alteração do NE inicial, depois de regularizados os dados no SISS. Foi este o trabalho que desenvolvi no âmbito deste programa, o de verificar o NE correto no SISS e proceder à sua alteração no SIGAE, após pedido por parte da entidade. Havia também casos em que esse pedido era carregado nos Centros de Emprego, sendo que era necessário confirmar na Delegação Regional. Quando era este o caso era necessário verificar se o NE que constava do pedido carregado estava corretamente aferido e, caso contrário, procedia à sua anulação e ao carregamento de um novo pedido.

### *Estágio Emprego*

O programa Estágio Emprego é o programa que oferece aqueles que são popularmente conhecidos como Estágios Profissionais. Permite a realização de estágios

com duração de 9 meses – também podem ter a duração de 6 ou 12 meses no caso de estágios desenvolvidos em projetos considerados de interesse estratégico nacional ou de uma determinada região – em entidades que sejam pessoas singulares ou coletivas, de direito privado e com ou sem fins lucrativos.

O objetivo deste programa de estágios consiste em promover a inserção de jovens no mercado de trabalho ou a reconversão profissional de desempregados. Assim, como destinatários do programa temos os jovens desempregados inscritos nos centros de emprego com idade compreendida entre os 18 e os 30 anos que possuam uma qualificação entre os níveis 2 (3º ciclo do ensino básico) e 8 (3º ciclo do ensino superior), desempregados com mais de 30 anos desde que tenham obtido há menos de três anos uma qualificação de nível 2 ou superior e que, cumulativamente, não tenham desenvolvido uma atividade profissional há pelo menos 12 meses, e outras situações especiais, tais como possuir deficiência ou incapacidade, integrar família monoparental, pessoas cujos cônjuges se encontrem igualmente inscritos como desempregados nos centros de emprego, vítimas de violência doméstica, ex-reclusos e toxicodependentes em recuperação.

Os estagiários têm direito a receber uma bolsa de estágio que pode variar entre uma vez o Indexante dos Apoios Sociais (IAS) para o nível 2 de qualificação e 1,65 vezes o IAS para os níveis 6, 7 e 8, acrescido de subsídio de alimentação e seguro de acidentes de trabalho. Esta bolsa é paga pela entidade de acolhimento que recebe, no entanto, uma comparticipação do IEFP de 65% que pode ir até aos 80% nos casos de ser uma entidade sem fins lucrativos, se estiver inserida no regime especial de interesse estratégico ou na primeira candidatura a este programa por parte de uma entidade com 10 ou menos trabalhadores.

Como facilmente se percebe pelo parágrafo anterior, o valor a desembolsar pelo IEFP depende do nível de qualificação apresentado e aprovado na respetiva candidatura. Ao candidatar-se a este programa a entidade tem duas opções: a primeira é apresentar uma oferta de estágio sem apresentar qualquer candidato (esperar que seja o IEFP a fazer o *matching*) e neste caso é atribuído um nível de qualificação ao estágio consoante o plano de estágio que a entidade oferecer, sendo que o IEFP procura um candidato com o mesmo

nível de qualificação; a segunda opção é apresentar um estagiário juntamente com a oferta de estágio e neste caso o nível de qualificação associado ao estágio terá de ser coincidente com o nível de qualificação que o candidato possui.

Na prática, o que muitas vezes acontece é que a entidade opta por deixar, numa fase inicial, a escolha do candidato a cargo do IEFP mas depois acaba por apresentar, ela própria, um candidato. Quando os níveis de qualificação, apresentado pelo candidato e atribuído ao plano de estágio, coincidem o trabalho é facilitado. Mas quando estes diferem algo tem de ser alterado porque no sistema informático têm obrigatoriamente de ser coincidentes. Aqui também há duas opções: ou os objetivos e plano do estágio (também) se adequam ao novo nível de qualificação – que é o do candidato – e neste caso apenas se muda o nível referente ao estágio proposto; ou não se adequa e a entidade terá de reformular o plano de estágio para se adequar ao novo nível.

A minha breve passagem por este programa de estágios consistiu precisamente na análise de propostas de alteração do nível de qualificação de estágios, propostas essas previamente carregadas pelos centros de emprego, e decidir pelo seu deferimento ou indeferimento. Não foi uma tarefa de elevada dificuldade mas obrigou-me a estudar os aspetos do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ) e usar o bom senso, uma vez que a definição do nível de qualificação relativo aos estágios é um procedimento um tanto ou quanto subjetivo.

### **Outras atividades**

A convite do supervisor do estágio também participei em duas atividades fora do local do estágio. A primeira dessas atividades foi a apresentação que a Delegação Regional do Centro preparou para os estagiários do Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Central (PEPAC). Para além da apresentação dos próprios estagiários e dos dirigentes da Delegação foram também apresentados, a título informativo, dados estatísticos relativos à Delegação, como o número de trabalhadores e as suas habilitações e, talvez o mais importante, todos os programas oferecidos pelo Instituto. No final, e como esta apresentação ocorreu numa altura em que grande parte dos estagiários já tinham iniciado funções há algum tempo e a maioria deles se encontrava a estagiar em Centros de

Emprego, ou seja, com contacto direto com os utentes, foi feita uma exposição dos problemas que enfrentam e uma troca de ideias com quem trabalha na Delegação e não tem esse contacto direto com os utentes.

A outra atividade prendeu-se com a visita ao Campeonato Nacional das Profissões, organizado pelo IEFP e que nesta sua 42ª edição se realizou no Serviço de Formação Profissional de Coimbra, situado na Pedrulha, entre os dias 22 e 27 de maio. Já sabia da existência deste campeonato, mas nunca tinha tido oportunidade de visitar ou de participar pelo que fiquei surpreendido com a sua dimensão tanto em termos de participantes como de profissões envolvidas. Foi animador perceber que existe tanto talento também em pessoas que optaram por não seguir para o ensino superior nas mais variadas áreas como a mecânica, o design, a estética ou a cozinha.

### **Análise crítica**

Vou começar por realçar o fantástico ambiente que se vive dentro da Delegação Regional e, em especial, da Direção de Serviços. Todos os colaboradores são muito simpáticos, acessíveis e estão sempre de porta aberta e dispostos a ajudar, o que foi fulcral para que, nem mesmo na fase inicial, me tenha sentido inibido de fazer perguntas, tirar dúvidas ou dizer que tinha feito algo de forma errada. Ter estagiado com dois colegas do Mestrado em Gestão que já conhecia ajudou a sentir-me mais confortável, mas considero que o facto de termos sido colocados em gabinetes diferentes ajudou à nossa integração com os restantes trabalhadores. Termos trabalhado muitas vezes os três em equipa também foi positivo pois aprendemos uns com os outros e com as dúvidas dos outros.

Analisando o meu desempenho por programas, no caso do Estímulo Emprego achei bastante acessível a tarefa que me foi atribuída. Para tal muito contribuiu a paciência da Técnica Superior encarregue do programa em explicar e demonstrar todos os seus pormenores e os passos a seguir. Considero que esta abordagem foi fulcral para que eu próprio sentisse confiança no trabalho que estava a desenvolver ao ponto de resolver problemas novos que surgissem de forma completamente autónoma.

É ainda de realçar que, durante o meu estágio, foi feita uma alteração à contabilização do Nível de Emprego. A lei, ao dizer que o Nível de Emprego é aferido à data

da candidatura, acaba por ser demasiado vaga ao não especificar o que deve ser entendido por data (pode ser o mês, o dia ou a hora). Antes de existir um protocolo entre o IEFP e o Instituto da Segurança Social, que permite aos técnicos do IEFP consultar diretamente o SISS, os únicos dados a que os técnicos tinham acesso eram mensais, ou seja, conseguiam saber o número de trabalhadores que passaram por determinada entidade num determinado mês, mas não saber os seus nomes, se tinham entrado ou saído naquele mês ou se tinham trabalhado apenas uma semana ou o mês inteiro. Para se perceber melhor os problemas levantados por esta situação, imaginemos uma empresa com 50 trabalhadores que no dia 10 de determinado mês despede um trabalhador e no dia 20 do mesmo mês contrata outro. No final do mês continua com 50 trabalhadores nos seus quadros, mas nesse mês passaram pela empresa 51 trabalhadores. Vista a informação ao mês o Nível de Emprego seria de 51 trabalhadores sem que nunca tenham estado 51 trabalhadores em simultâneo na empresa. Posto isto tornou-se imperativo ter acesso a dados mais rigorosos do número de trabalhadores e para isso foi feito o tal protocolo com o ISS para acesso dos dados de qualificação por parte do IEFP. Quando eu iniciei o meu estágio os técnicos do IEFP já tinham acesso aos dados de qualificação, mas estavam a contabilizar para o Nível de Emprego todos os trabalhadores que tinham passado pela entidade entre o início do mês da candidatura e o seu dia exato. A alteração referida no início do parágrafo consistiu em passar a contar o número de trabalhadores apenas no dia da candidatura, uma alteração que eu defendi por achar que era prejudicial para as entidades contabilizar desde o início do mês até ao dia da candidatura por desta forma serem contabilizados trabalhadores que deixem a entidade durante esse período. Essa alteração foi debatida entre mim e a Técnica Superior, a minha opinião foi ouvida pelo Dr. José Ambrósio, Coordenador do Núcleo do Emprego, e a alteração avançou. Sinto que tomei parte ativa nessa alteração, que a minha opinião foi valorizada e que contribuí para melhorar a análise das candidaturas ao programa Estímulo Emprego.

Já no caso do PAECPE, a tarefa não se revelou tão acessível. Em primeiro lugar porque o processo de aprendizagem não foi, na minha opinião, tão acertado como no caso anterior. Como um dos colegas estagiários tinha começado duas semanas antes e a ele já tinha sido explicado todo o procedimento de análise das candidaturas, o que resolveram

fazer foi juntar-nos os três e que os dois “novos” estagiários aprendessem com o primeiro por observação. Com a prática fui relacionando a tarefa com a legislação e com o que aprendi em diversas disciplinas, não só do Mestrado em Gestão, mas também da Licenciatura, e acabei por perceber a mecânica do processo ao ponto de conseguir analisar candidaturas sozinho. No entanto as dúvidas sempre persistiram e muitas eram as vezes em que algum ponto da análise estava incorreto ou em falta, o que sempre evitou que eu sentisse que dominava o processo.

Em segundo lugar, as dificuldades também se deveram às características do próprio programa, que é mais complexo e menos objetivo. A maior dificuldade que senti em todo o estágio foi mesmo processo de análise das candidaturas ao PAECPE, mais concretamente em perceber até que ponto seriam fiáveis os valores utilizados pelos promotores nas suas previsões. É muito fácil (e muito provável) que os valores apontados pelos promotores nos seus planos de negócios relativos à faturação e aos custos e gastos expressem, não valores que eles acreditem poder alcançar, mas sim valores que “deem jeito” para que os indicadores sejam positivos e a candidatura aprovada. O mesmo acontece relativamente ao investimento que os promotores pretendem efetuar. O financiamento tem de ser justificado com investimento que seja imprescindível à atividade a desenvolver pelo que é preciso detetar eventuais equipamentos que constem da lista de investimentos e não sejam estritamente necessários.

A própria folha de cálculo utilizada possui um campo que permite escolher uma determinada percentagem de redução destes valores para quando se suspeita que estejam inflacionados, mas não há um método objetivo que nos ajude a perceber que estamos perante um desses casos. Sem a experiência de um empresário, de um investidor ou mesmo de um técnico que analise este tipo de candidaturas há muito tempo, restava-me ter espírito crítico, procurar uma forma de perceber a fiabilidade dos valores ou contactar alguém com conhecimento de causa e, muitas vezes, usar a intuição. E assim fiquei também a perceber que esta análise das candidaturas pode ser bastante subjetiva.

Outro aspeto em que, por vezes, falhava na análise das candidaturas ao PAECPE diz respeito à falta de documentos respeitantes a autorizações para exercer certas



atividades. Na realidade eu não tinha noção das qualificações necessárias para certas atividades como cabeleireiros e salões estética e do muito licenciamento necessário para outras como, por exemplo, clínicas veterinárias. Assim sendo foi algo que aprendi e que reconheço que me pode ser muito útil no futuro.

Olhando em retrospectiva, considero que o estágio foi muito útil pois permitiu-me conhecer os programas oferecidos pelo IEFP, todos os seus requisitos e pormenores e a forma como as candidaturas a esses programas são analisadas. Penso que, um dia mais tarde, estando eu, eventualmente, ao serviço de uma empresa que necessite de recorrer a um programa de estágios ou apoios à contratação, ou mesmo numa vertente mais empreendedora e queira recorrer a um programa de criação de próprio emprego, saber como pensa quem está do outro lado é uma mais valia para mim. Adicionalmente, os contactos feitos dentro do próprio IEFP podem vir a ser úteis no futuro no caso de precisar de tirar uma dúvida de forma célere ou desbloquear uma determinada situação.

### **Sugestões de melhoria**

Como nada é perfeito e o estágio que efetuei não é exceção, deixo aqui algumas sugestões de melhoria para que os próximos estudantes que façam o estágio curricular no IEFP tenham um estágio ainda mais valorizado que o meu.

E a primeira crítica que faço tem desde logo a ver com o facto de o IEFP, como organismo público que é, estar impedido de contratar novos funcionários. Havendo trabalhadores a reformarem-se e não entrando novos elementos para os substituir é inevitável que o trabalho por fazer se comece a acumular. Assim sendo, estagiários curriculares acabam por ser equiparados a estagiários do PEPAC no sentido em que fazem o trabalho que é preciso fazer e acaba por faltar tempo para conhecer outras áreas da entidade de acolhimento. Penso que teria sido benéfico conhecer um pouco o trabalho realizado na Direção de Serviços de Planeamento, Gestão e Controlo e até mesmo no Centro de Emprego, em vez de estar restringido à área técnica, e, aí sim, teria concluído o estágio com noção de tudo o que pode ser feito dentro do IEFP.

O estágio curricular serve para integrar o estudante no mundo do trabalho e para este aprender e, como tal, acho que deve ser tido em conta mais os interesses do estudante e não exclusivamente os da entidade.

## Parte II – Revisão bibliográfica

### Capítulo 3 - Revisão bibliográfica

A sobrevivência das empresas e o seu nível de crescimento está dependente de inúmeros fatores, desde fatores internos como as decisões dos gestores, as estratégias seguidas, a eficiência dos seus trabalhadores, a fatores externos, tais como as condições dos mercados e os preços das matérias primas. É da sua conjugação que resulta o melhor ou pior desempenho de cada empresa. Estes fatores estão sempre presentes mas existe um momento em que podem ser vistos de outra perspectiva: o momento da criação da empresa. Vários têm sido os investigadores a estudar as empresas a partir do seu nascimento e a tentar encontrar relações entre as condições da sua criação e a sua performance nos primeiros anos.

Cooper *et al* (1994) explicam a importância destes estudos:

seria particularmente valioso que pudéssemos identificar determinantes de desempenho que são perceptíveis antes ou no momento da criação das empresas, e não apenas depois de uma quantidade significativa de capital ter sido despendido. [Desta forma] seria possível caracterizar os negócios como de “alto risco” ou “alto potencial” num estágio inicial. Para os pouco promissores esta avaliação poderia ajudar a prevenir prejuízos ao sugerir cuidado, maior preparação ou mesmo o abandono dos planos. Para os negócios que parecem ter perspectivas de alto crescimento, poderia promover encorajamento<sup>2</sup> Cooper *et al* (1994: 372).

Dahlqvist *et al* (2000: 1) defendem a mesma posição ao afirmar que “tal capacidade beneficiaria a sociedade em geral bem como os seus empreendedores de forma individual, uma vez que poderia prevenir que recursos fossem usados em vão ou com uma

---

<sup>2</sup> Tradução livre do autor. No original “*It would be particularly valuable if we could identify performance determinants that are discernible prior to or at the point of start-up, rather than after significant capital has been expended*” [...] “*It may permit identification of “high risk” or “high potential” businesses at an early stage. For unpromising ventures, this assessment may help to prevent losses by suggesting caution, more extensive preparation, and even abortion of venture plans. For businesses that appear to have high growth prospects, it may provide encouragement*” Cooper *et al*, 1994: 372).

alocação que não a ótima”<sup>3</sup>. Geroski *et al* (2010: 527) sublinham a importância das condições iniciais pois estas “têm efeitos duradouros na sobrevivência [podem ir até aos dez anos, segundo os autores] e a sua reversão subsequente pode ser insuficiente para produzir as melhorias desejadas nas probabilidades de sobrevivência”<sup>4</sup>.

Geralmente, os fatores estudados pelos investigadores classificam-se em três tipos: recursos de capital humano do empreendedor, características organizacionais e condições ambientais.

Relativamente ao **género**, Cooper *et al* (1994) e Dahlqvist *et al* (2000) encontram uma relação positiva entre empreendedores do sexo masculino e maior crescimento das empresas, muito embora esta variável não tenha qualquer relação quando falamos em mera sobrevivência. Os autores justificam este resultado com uma diferença nas oportunidades a que homens e mulheres têm acesso e que lhes permite ganhar experiência relevante e desenvolver a sua rede de contactos (Dahlqvist *et al*, 2000) e com as maiores dificuldades que as mulheres enfrentam para se financiar junto da banca por lhes serem exigidas mais garantias (Riding e Swift, 1990). No entanto, atendendo à data destes estudos, é possível que esta diferença nas oportunidades entre homens e mulheres possa já não se verificar. Brush (1992) aponta a maior tendência de as mulheres perseguirem outros objetivos, nomeadamente sociais, para além dos puramente económicos, ao contrário dos homens que dão mais importância a estes últimos.

No que diz respeito à **idade**, Kato e Honjo (2015) observaram uma maior probabilidade de os donos de empresas de maior idade fecharem o negócio voluntariamente, o que pode ser devido ao facto de existirem empreendedores a aproximar-se da idade da reforma que não possuem sucessores e que optam por fechar o negócio voluntariamente, mesmo que este seja bem-sucedido. Já Bates (1990) descobriu uma relação côncava entre idade e sobrevivência, com os empreendedores entre os 45 e

---

<sup>3</sup> Tradução livre do autor. No original “*such a faculty would benefit society at large as well as its individual entrepreneurs, since it could prevent resources from being used in vain or with a less than optimal allocation*” (Dahlqvist *et al*, 2000: 1).

<sup>4</sup> Tradução livre do autor. No original “*Founding conditions have long-lasting effects upon survival, and subsequent reversal of the initial decisions later on may be insufficient to produce the desired improvement in the probabilities of survival*” (Geroski *et al*, 2010: 527).

os 54 anos a serem aqueles com maiores probabilidades de permanecer com a porta aberta. Empresas cujos donos têm mais de 55 anos experimentam uma *performance* inferior, algo que o autor atribui a uma diminuição do esforço do empreendedor à medida que a sua idade avança.

A **educação** é uma das variáveis mais estudadas. Os benefícios de ter maior formação académica não se esgotam no conhecimento que a pessoa adquire no curso, ou cursos, que frequentou, mas incluem uma série de competências que advêm do simples facto de estudar: persistência, capacidade de resolução de problemas, motivação, disciplina, autoconfiança (Dahlqvist *et al*, 2000), trabalho em equipa, entre outras, bem como o alargamento da sua rede de contactos a um grande número de pessoas cuja formação de base pode ser a mesma mas que não têm, necessariamente, o mesmo conhecimento.

Bates (1990) e Brüderl *et al* (1992) concluem que mais anos de escolaridade do empreendedor contribuem positivamente para a sobrevivência das novas empresas. Já Cooper *et al* (1994) defendem que a escolaridade contribui positivamente não apenas para uma maior probabilidade de sobrevivência mas também para um crescimento superior. Segundo Kato e Honjo (2015), empresas com empreendedores cujo nível de formação é superior têm menos probabilidades de falência, mas esses empreendedores têm uma probabilidade maior de sair por via de liquidação voluntária ou fusão, o que pode ser atribuído ao superior custo de oportunidade em que incorrem os empreendedores com educação superior, uma vez que têm melhores alternativas de empregabilidade, quando comparados com os empreendedores com menos anos de escolaridade (Gimeno *et al*, 1997; Kato e Honjo, 2015). Uma maior taxa de saída por fusão pode também significar que empresas criadas por empreendedores com superiores níveis de formação têm maior probabilidade de se tornar alvos de aquisição por parte de outras empresas. Estas empresas adquirentes olham para as tais empresas alvo com maior confiança, o que ajuda a mitigar o problema da informação assimétrica na altura da aquisição (Kato e Honjo, 2015). Gimeno *et al* (1997) concluem também que aquelas pessoas que concluíram um determinado grau de formação têm tendência a manter a empresa por mais tempo,

quando comparadas com aquelas que frequentaram esse grau mas não o concluíram. Os autores sugerem que a persistência que demonstraram nos seus estudos pode levar a maior persistência também no seu negócio.

A experiência profissional do empreendedor é também das variáveis mais estudadas, mas é usual distinguir entre três tipos de experiência: experiência profissional global, experiência de trabalho no mesmo setor da empresa fundada e experiência prévia em empreendedorismo.

Relativamente à **experiência profissional**, o estudo de Brüderl *et al* (1992) revela que existe uma relação côncava entre a experiência profissional e a probabilidade de sobrevivência em que o *turning point* acontece aos 25 anos.

Segundo o mesmo autor, fundar uma empresa sem **experiência no setor** aumenta drasticamente a taxa de mortalidade, o que vai ao encontro dos resultados de Cooper *et al* (1994), segundo os quais a experiência no setor contribui positivamente para a sobrevivência e para o alto crescimento. Um empreendedor que tenha experiência no setor já possui conhecimento em termos do produto, dos processos e das tecnologias, para além de uma rede de contactos que vão desde clientes a fornecedores e demais *stakeholders* (Cooper *et al*, 1994). Ao começar uma empresa com este conhecimento é possível mitigar, de certa forma, a *liability of newness* ou desvantagem por a empresa ser nova (Stinchcombe, 1965).

Ter **experiência em empreendedorismo** concede ao fundador da nova empresa conhecimento acerca dos processos envolvidos em estabelecer um negócio, não necessariamente ao nível do conhecimento do setor, como referido no parágrafo anterior, mas ao nível da gestão (Dahlqvist *et al*, 2000). Esta experiência é considerada por Gimeno *et al* (1997) como um indicador de melhor desempenho, ao passo que Dahlqvist *et al* (2000) obtiveram resultados mistos, estando a experiência em empreendedorismo negativamente ligada à sobrevivência da nova empresa mas positivamente ligada ao alto crescimento. No estudo de Brüderl *et al* (1992), esta variável, apesar de não estatisticamente significativa, está positivamente ligada a uma maior mortalidade, o que

leva o autor a suspeitar que a anterior experiência em empreendedorismo aumenta a probabilidade de começar uma nova empresa mas não influencia a sua produtividade.

Quanto ao **tamanho da empresa**, parece ser consensual que quanto maior ela for, quer em número de empregados (Brüderl *et al*, 1992, Mata e Portugal, 1994, Gimeno *et al*, 1997 e Geroski *et al*, 2010), quer em capital investido (Brüderl *et al*, 1992, Cooper *et al*, 1994 e Gimeno *et al*, 1997) maior a probabilidade de sobrevivência. Uma quantidade superior de capital disponível aumenta a liberdade na escolha da estratégia, o que pode ser vital para escolher a mais indicada, e pode também ser sinónimo de uma certa almofada financeira que permita a empresa sobreviver nos primeiros tempos que se esperam ser de menor desempenho (Brüderl *et al*, 1992).

Os autores concordam também que quanto mais **tempo** passou desde a fundação da empresa maiores as suas probabilidades de sobrevivência (Bates, 1990 e Gimeno *et al*, 1997). O mesmo acontece quando as empresas são **adquiridas** pelos empreendedores já em operação, tendo estas uma probabilidade superior de sobreviver em relação àquelas que são fundadas pelos próprios (Bates, 1990 e Brüderl *et al*, 1992).

Relativamente aos **setores de atividade**, existem dois cujas empresas a operar nesses setores obtêm consistentemente piores desempenhos. São eles o retalho (Brüderl *et al*, 1992, Cooper *et al*, 1994, Gimeno *et al*, 1997 e Dahqvist *et al*, 2000) e os serviços pessoais (Cooper *et al*, 1994 e Dahqvist *et al*, 2000). Humphreys e MCClung (1981) sugerem que estes setores podem ter menor desempenho devido a uma maior competição e por serem setores de mão-de-obra intensiva.

Relativamente à criação de empresas por **desempregados**, Dahqvist *et al* (2000) não encontraram diferenças significativas entre as empresas que falharam, que sobreviveram, ou que atingiram um grande crescimento. Já a receção de **subsídios** está, segundo os mesmos autores, relacionada com um maior crescimento.

O que todos estes estudos têm em comum é que estudam as variáveis de forma isolada quando, na realidade, o que determina o melhor ou pior desempenho das empresas é a conjugação de vários fatores. Desta forma, recorrendo a uma metodologia diferente

das habitualmente usadas, foi feito um estudo com o objetivo de encontrar relações entre a configuração de várias variáveis e um determinado resultado.



### Parte III – O estudo empírico

Dada a dificuldade sentida, durante a realização do estágio, na avaliação das candidaturas ao PAECPE por ser um procedimento subjetivo, propus-me a desenvolver um estudo envolvendo candidaturas mais antigas – para as quais já era possível saber se existia ou não cumprimento do programa – com o objetivo de procurar uma relação entre as características observáveis no momento da análise da candidatura e a maior ou menor probabilidade de cumprimento do programa, por forma a reforçar esse processo de análise.

Depois de termos visto, na Parte II, quais as variáveis observadas no momento inicial da vida das empresas que, segundo a literatura existente, mais parecem explicar o seu desempenho no futuro, apresentamos, nesta Parte III, o estudo empírico efetuado utilizando algumas dessas variáveis relativas a candidaturas ao PAECPE. Optou-se por utilizar uma metodologia denominada *fuzzy-set Qualitative Comparative Analysis* (fsQCA) pois tem a particularidade de apresentar como resultados configurações entre as variáveis utilizadas, em vez da sua importância de forma isolada.

No Capítulo IV será apresentada a metodologia, desde a sua base na teoria dos conjuntos ao método fsQCA propriamente dito, passando pelo conceito de *fuzzy-set* e pelas operações que podem ser realizadas com *fuzzy-sets*, e por outros conceitos importantes na definição das variáveis e na avaliação dos resultados, nomeadamente a calibragem, a consistência e a cobertura.

O Capítulo V tratará da aplicação da fsQCA ao PAECPE, começando por apresentar a amostra e as variáveis utilizadas, bem como a sua calibragem. Finalmente serão apresentados e discutidos os resultados.

## Capítulo 4 – Metodologia

### Relações entre conjuntos<sup>5</sup>

Ragin (2008) considera que “quase toda a teoria relativa às ciências sociais é verbal, e como tal, é formulada em termos de conjuntos e relações entre conjuntos<sup>6</sup>”, acrescentando que “a teoria formulada em termos de relações entre conjuntos deve ser avaliada nos seus próprios termos, ou seja, como declarações sobre relações entre conjuntos e não sobre correlações<sup>7</sup>” (Ragin, 2008: 13).

A relação mais básica entre conjuntos é a do subconjunto. Por exemplo, se afirmarmos que “o cão é um mamífero” estamos a dizer que o conjunto dos cães é um subconjunto do conjunto dos mamíferos. Esta relação entre conjunto e subconjunto é de fácil compreensão porque é verdadeira por definição - os cães possuem todas as características dos mamíferos. Quando, ao realizar estudos sobre fenómenos sociais, se pretende identificar relações entre conjuntos, não são estas relações “por definição” que se procuram, mas sim relações de causalidade. O que se pretende é identificar uma relação causa-efeito entre uma condição – ou uma configuração de condições – e um determinado resultado. Ao argumentar que os “fundamentalistas religiosos” são “politicamente conservadores”, um investigador está a dizer que o conjunto dos “fundamentalistas religiosos” é um subconjunto do conjunto das pessoas “politicamente conservadoras”. Se esta relação conjunto-subconjunto se verificar o investigador poderá ir mais longe e afirmar que o fundamentalismo religioso é uma causa para o conservadorismo político.

No entanto, é preciso ter em mente que existem outros cidadãos politicamente conservadores que não são fundamentalistas religiosos – ou seja, existem outros caminhos para o conservadorismo político. É este aspeto que justifica porque a teoria formulada em termos de conjuntos não deve ser avaliada como correlações. Avaliando em termos de conjuntos, o facto de existirem outros cidadãos politicamente conservadores que não são

---

<sup>5</sup> Esta secção é adaptada de Ragin (2008), Capítulo I

<sup>6</sup> Tradução livre do autor. No original “*almost all social science theory is verbal and, as such, is formulated in terms of sets and set relations*” (Ragin, 2008: 13).

<sup>7</sup> Tradução livre do autor. No original “*theory formulated in terms of set relations should be evaluated on its own terms, that is, as statements about set relations, not about correlations*” (Ragin, 2008: 13).

fundamentalistas religiosos em nada contraria a afirmação de que os fundamentalistas religiosos são politicamente conservadores. Isto acontece porque as relações formuladas em termos de conjuntos são **assimétricas**. Já quando procuramos estabelecer uma relação utilizando correlações estamos à procura de relações **simétricas**. Neste caso, a existência de cidadãos politicamente conservadores que não são fundamentalistas religiosos contraria a correlação. A correlação foca-se simultaneamente e equivalentemente no grau em que a presença da causa está ligada à presença do resultado e no grau em que a ausência do resultado está ligada à ausência da causa. Muitas vezes estes argumentos de natureza assimétrica são reformulados, erradamente, de forma simétrica, sendo este um dos erros mais comuns em toda a ciência social contemporânea (Ragin, 2008).

Para identificar estas relações entre conjuntos, a que são chamadas ligações explícitas, existem duas estratégias que podemos adotar por forma a encontrar pontos comuns:

1. Examinar casos com o mesmo resultado e identificar se existem condições ou configurações de condições partilhadas por esses mesmos casos;
2. Descobrir se existem casos com as mesmas condições ou configurações de condições e perceber se apresentam o mesmo resultado.

A primeira estratégia consiste em identificar se os casos com um determinado resultado constituem um subconjunto do conjunto dos casos com uma certa condição causal, o que é apropriado para a avaliação de condições necessárias. Isto significa que a presença de determinada condição causal é necessária para que ocorra a presença do resultado – nos casos em que não se verifica a condição causal também não se verifica o resultado.

Já a segunda estratégia consiste em perceber se casos com a mesma condição causal ou configuração de condições causais constituem um subconjunto dos casos com um determinado resultado. Esta segunda estratégia é apropriada para a avaliação de condições suficientes, que é o mesmo de dizer que a ocorrência de determinada condição é suficiente para que o resultado também ocorra, mas como não é necessário o resultado pode ocorrer na presença de outras condições causais.

A *Qualitative Comparative Analysis* (QCA) baseia-se na teoria dos conjuntos e, como tal, é apropriada para estudar ligações explícitas. Uma característica da QCA é que nos permite analisar causas complexas, que são aquelas em que um resultado está ligado a mais do que uma configuração, ou seja, existem vários caminhos para chegar a esse resultado. O primeiro passo neste processo de identificação das ligações explícitas é a construção de **Tabelas de Verdade**. Estas tabelas, nas suas linhas, listam todas as configurações logicamente possíveis e o resultado associado a cada configuração – ainda que possa haver casos em que o resultado não é claro, o que deve ser indicado na tabela – e ao apresentar este resultado já aplica diretamente a segunda estratégia referida em cima. Quando construída, uma tabela de verdade permite a comparação entre as várias configurações.

No entanto, quando o número de condições em estudo é elevado a tabela pode revelar-se demasiado extensa e complexa, uma vez que o número de configurações possível, e conseqüentemente o número de linhas da tabela, aumenta de forma exponencial – será igual a  $2^k$ , sendo  $k$  o número de condições causais. Por forma a tornar o procedimento mais rápido e fiável, Ragin *et al* (2006) desenvolveram um software que utiliza um algoritmo para determinar os resultados. Este software está disponível na *internet*<sup>8</sup> e foi utilizado neste estudo.

### Fuzzy-sets e operações com fuzzy-sets<sup>9</sup>

Na lógica clássica, a pertença de um determinado elemento a um conjunto apenas pode ser definida como “pertence” ou “não pertence”, o que quer dizer que apenas pode variar no tipo. Estes conjuntos são denominados *crisp-sets* e os seus elementos são considerados binários porque podem assumir os valores 1 (no caso de pertencerem ao conjunto) e 0 (no caso de não pertencerem).

Já os fenómenos sociais variam no tipo e em grau. Quer isto dizer que, ao analisarmos o regime político de vários países, não só encontramos democracias e regimes autoritários – diferenças no tipo – como as democracias não são todas iguais. Mesmo

---

<sup>8</sup> Pode ser feito o *download* em <http://www.u.arizona.edu/~cragin/fsQCA/software.shtml>

<sup>9</sup> Esta secção é adaptada de Ragin (2008), Capítulo II

considerando apenas as democracias há países que são mais democráticos que outros, ou seja, existe também uma variação em grau.

Este exemplo salienta uma das limitações da utilização de *crisp-sets* na QCA. Utilizando *crisp-sets*, para cada caso e para cada condição causal e resultado é atribuído o valor de 1 ou 0, conforme se considera que faz parte do conjunto ou não, respetivamente. Pegando no exemplo anterior e considerando o conjunto das democracias, todos os países que se consideram democráticos são democráticos da mesma forma, isto é, não existe variação em grau.

Outra limitação prende-se com o critério a utilizar na hora de decidir quais os elementos que fazem parte do conjunto e quais não fazem. Obviamente que terá de existir uma fronteira, mas essa fronteira pode ser movida pelo investigador para incluir mais ou menos casos dentro do conjunto por forma a obter resultados mais satisfatórios.

Por forma a ultrapassar estas limitações surgiu o conceito de *fuzzy-set*. O que diferencia os *fuzzy-sets* dos *crisp-sets* é que a pertença de um elemento a um conjunto deixa de ser limitada ao sistema binário e passa a admitir graus de pertença (*membership scores*), que variam entre 0 e 1, inclusivamente. Ao admitir diferentes graus de pertença estamos a aceitar que vários elementos pertençam ao mesmo conjunto de forma diferente, o que acontece na realidade. Continuando o exemplo anterior, podemos atribuir graus de pertença abaixo de 0,5 para os regimes autoritários e graus de pertença acima de 0,5 para as democracias. No entanto uma democracia com 0,6 é diferente de uma democracia a que seja atribuída o valor de 1.

Os *fuzzy-sets* são especialmente poderosos porque possibilitam aos investigadores calibrar a pertença parcial em conjuntos usando valores no intervalo entre 0,0 (não pertença) e 1,0 (pertença total) sem abandonar os princípios e operações centrais à teoria dos conjuntos (p. ex., a relação de subconjunto)<sup>10</sup> (Ragin, 2008: 29).

---

<sup>10</sup> Tradução livre do autor. No original “*Fuzzy sets are especially powerful because they allow researchers to calibrate partial membership in sets using values in the interval between 0.0 (nonmembership) and 1.0 (full membership) without abandoning core set theoretic principles and operations (e.g., the subset relation)*” (Ragin, 2008: 29).

Os *fuzzy-sets* podem ser considerados simultaneamente qualitativos e quantitativos, uma vez que os graus de pertença atribuídos podem ser traduzidos de forma qualitativa. Por exemplo, um grau de pertença de 1 equivale a dizer que pertence totalmente ao conjunto, ao passo que 0,8 ou 0,9 indica uma pertença forte mas não total. 0,5 é o chamado *crossover point* ou ponto de máxima ambiguidade e indica que não está dentro nem está fora. Graus de pertença de 0,2 e 0,3 indicam que está praticamente, mas não totalmente fora do conjunto e 0,0 é sinónimo de ausência do conjunto.

A utilização de *fuzzy-sets* não deixa de permitir realizar operações entre conjuntos. Vejamos então essas operações:

- Negação – A negação de um conjunto é formada pelos elementos que não pertencem a esse conjunto. Desta forma, a negação do conjunto das democracias será o conjunto das não democracias. Um país que pertença totalmente ao conjunto inicial, isto é, tenha um grau de pertença de 1, terá um grau de pertença de 0 no conjunto resultante da negação. Qualquer grau de pertença pode ser transformado usando a seguinte fórmula:

$$\mu_{\sim A}(x) = 1 - \mu_A(x)$$

Onde  $\mu$  designa o grau de pertença, A é o conjunto,  $\sim$  significa negação e  $x$  é o elemento considerado;

- Interseção – A configuração de condições causais resulta da junção de dois ou mais conjuntos. Um caso que verifique uma determinada configuração de condições causais terá de simultaneamente pertencer a todos os conjuntos que formam essa configuração de condições, ou seja, terá de pertencer à interseção desses conjuntos. O grau de pertença associado à configuração será o menor dos graus de pertença a cada um dos conjuntos que compõem essa configuração de condições:

$$\mu_{A \cap B}(x) = \min\{\mu_A(x), \mu_B(x)\}$$

Em que  $\cap$  significa a interseção de conjuntos;

- União – Podemos também ter interesse em estudar dois ou mais conjuntos, mas não apenas na sua forma combinada e neste caso usamos a união de conjuntos. Na prática, a informação que a união nos dá é a pertença de um determinado elemento a um **ou** a outro conjunto. O grau de pertença associado à união de dois conjuntos é o maior dos graus de pertença a cada conjunto:

$$\mu_{A \cup B}(x) = \max\{\mu_A(x), \mu_B(x)\}$$

Em que U significa a união de conjuntos.

Como vamos trabalhar com conjuntos definidos por condições que definem o grau de pertença em conjuntos diferentes, vai ser usada uma notação simplificada para a pertença de um elemento aos conjuntos. Assim, o grau de pertença a um conjunto será representado apenas pelo nome do conjunto (p. ex.,  $\sim A \cdot B$  significa a interseção da negação do conjunto A com o conjunto B, onde  $\sim$  simboliza a negação e  $\cdot$  a inteseção).

### O método fsQCA<sup>11</sup>

A fuzzy-set Qualitative Comparative Analysis (fsQCA) é uma técnica que permite analisar dados retirando conclusões lógicas a seu respeito. O primeiro passo para esta análise consiste em comparar os graus de pertença relativos a dois ou mais conjuntos com o objetivo de encontrar relações de subconjunto. Segundo Ragin (2008), a relação de subconjunto é indicada quando os graus de pertença a um conjunto (p. ex., uma condição causal) são consistentemente menores ou iguais aos correspondentes (para cada elemento) graus de pertença a outro conjunto (p. ex., o resultado). Se uma das partes na comparação for uma configuração de condições recorreremos à técnica descrita na operação de interseção para definir o grau de pertença da configuração a utilizar na comparação.

Consequentemente, para podermos identificar uma relação em que a condição causal é um subconjunto do resultado, quando o grau de pertença relativo ao resultado é alto, o grau de pertença relativo à condição causal pode ser alto ou baixo. Já quando o grau de pertença relativo ao resultado é baixo, o grau de pertença relativo à condição causal

---

<sup>11</sup> Adaptado de Ragin (2008), Capítulo II

também terá de ser baixo, porque se for alto vai contrariar a relação. Relativamente aos casos onde o grau de pertença relativo ao resultado é alto e o grau de pertença relativo á condição causal é baixo, estes são aqueles casos que seguem outro caminho para o mesmo resultado. Estes casos não contrariam a relação utilizando a fsQCA, mas iriam contrariar a correlação entre a condição causal e o resultado.

### **Calibragem<sup>12</sup>**

Como vimos anteriormente, os dados para serem utilizados pelo *software* fsQCA têm de consistir em valores entre 0 e 1, inclusivamente. Como normalmente os dados recolhidos não possuem *a priori* esta característica é necessário transformá-los, num processo a que se dá o nome de calibragem. O próprio software fsQCA possui uma ferramenta que nos permite calibrar os dados, bastando para isso introduzir, para cada variável, três valores que funcionam como âncoras e a partir dos quais são distribuídos os restantes valores de forma relativa – é o chamado método direto. O primeiro valor é aquele a partir do qual se considera que um determinado caso pertence completamente a esse conjunto – o conjunto que construímos com base na variável – e a que equivale o grau de pertença de 0,95. O segundo valor é aquele para o qual se considera que nem está dentro do conjunto, nem está fora e equivale ao grau de pertença de 0,5. Finalmente, o terceiro valor é aquele que se considera que todos os casos com valor inferior estão completamente fora do conjunto e que equivale ao grau de pertença de 0,05.

Relativamente ao estabelecimento desses valores que funcionam como âncoras, Ragin (2008) defende que deve ser justificado com base em conhecimento existente na literatura ou na experiência do autor, de forma a que seja independente dos próprios dados recolhidos. Assim, a que a calibragem não deve ser feita de forma a que os resultados sejam mais convenientes.

### **Consistência<sup>13</sup>**

A consistência é uma das medidas que nos permitem avaliar os resultados. Por definição, e para relações de suficiência, é a proporção de casos que apresentam um

---

<sup>12</sup> Adaptado de Ragin (2008), Capítulos IV e V

<sup>13</sup> Adaptado de Ragin (2008), Capítulo III



determinado resultado, dentro daqueles casos que partilham uma determinada configuração. Se o interesse for em medir a consistência em relações de necessidade, o valor que obtemos é a proporção de casos que apresentam uma determinada configuração dentro dos casos que apresentam o mesmo resultado. Por uma questão de facilitar a compreensão, a explicação prossegue com base em relações de suficiência.

Se estivermos a lidar com *crisp-sets*, medir a consistência de uma configuração é uma tarefa fácil: trata-se do número de casos que apresentam uma determinada configuração de condições causais e um determinado resultado dividido pelo número total de casos que apresentam essa configuração.

No entanto, ao utilizar *fuzzy-sets* a sua medição torna-se mais complexa. Como vimos anteriormente, o princípio dos *fuzzy-sets* é que a cada caso seja atribuído um grau de pertença a cada conjunto, sendo esse grau um valor entre 0,0 e 1,0. Vimos também que uma relação de subconjunto acontece quando os graus de pertença a um conjunto são consistentemente menores ou iguais que os graus de pertença a outro conjunto.

O que torna a forma de cálculo da consistência utilizando *crisp-sets* apresentada inadequada para calcular a consistência utilizando *fuzzy-sets* tem a ver com a diferença entre os casos com alto grau de pertença na condição causal e aqueles com baixo grau de pertença. Estes dois tipos de casos acabam por ter o mesmo peso no cálculo da consistência, no entanto a sua relevância é muito diferente. Um caso com um grau de pertença de 0,8 na condição causal e 1,0 no resultado é um caso muito mais relevante do que um caso que tenha 0,0 na condição causal e 0,2 no resultado, apesar de a diferença entre os graus de pertença de cada um ser a mesma (0,2). A presença do primeiro caso na condição causal é quase total e a do segundo é completamente inexistente – mesmo a presença deste caso no resultado é muito baixa, o que o torna um caso com pouco peso no argumento. É também mais relevante do que um caso que tenha um grau de pertença de 0,2 na condição causal e 1,0 no resultado, o que indica que provavelmente atingiu o mesmo resultado através de outra condição causal.

Posto isto, uma forma mais razoável de medir a consistência utilizando *fuzzy-sets* é dividir a soma dos graus de pertença à condição causal dos casos que são **consistentes** com o resultado pela soma do **total** dos graus de pertença à condição causal.

Contudo, esta fórmula continua a apresentar um problema, pois retira todos os casos que são inconsistentes do cálculo, ao dar a mesma importância àqueles casos que contradizem a relação por o grau de pertença à condição causal exceder o grau de pertença ao resultado por uma margem pequena e aqueles que o excedem por uma margem maior. Imagine-se que temos um destes casos em que o grau de pertença à condição causal é de 1,0 e o grau de pertença ao resultado é de 0,9. Numa primeira análise concluímos que este caso não é consistente mas, pensando melhor sobre o assunto, talvez os 0,9 que são consistentes mereçam entrar para o cálculo da consistência, deixando de fora apenas os 0,1 que não são. Isto é ainda mais óbvio se tivermos um outro caso em que o grau de pertença à condição causal também é 1,0 mas o grau de pertença ao resultado é 0,2. Estes dois casos não devem ser tratados da mesma forma.

A solução para este problema é somar ao numerador da fórmula de cálculo anterior a parte de cada grau de pertença à condição causal inconsistente que é consistente com o resultado. Desta forma obtemos a seguinte fórmula para o cálculo da consistência para relações de suficiência:

$$\text{Consistência } (X_i \leq Y_i) = \frac{\Sigma[\min(X_i, Y_i)]}{\Sigma(X_i)}$$

“A consistência, como a significância, mostra se uma conexão empírica merece a atenção do investigador. Se uma hipotética relação entre conjuntos não é consistente então a teoria do investigador ou conjetura não é suportada<sup>14</sup>” (Ragin, 2008: 45), acrescentando o autor que o valor da consistência deve ser superior a 0,75 para se poder dizer que existe uma relação.

---

<sup>14</sup> Tradução livre do autor. No original “Consistency, like significance, signals whether an empirical connection merits the close attention of the investigator. If a hypothesized subset relation is not consistent, then the researcher’s theory or conjecture is not supported” (Ragin, 2008: 45).

Até aqui foi definida e apresentada a forma de calcular a consistência de uma configuração, mas é também possível calcular a consistência da solução final (*solution consistency*), bastando para isso utilizar o grau de pertença à união das configurações que compõem a solução no lugar do grau de pertença a uma configuração.

### Cobertura<sup>15</sup>

A outra medida que nos permite avaliar os resultados é a cobertura. Para relações de suficiência, a cobertura mede a proporção de casos que segue um determinado caminho, dentro daqueles casos que verificam o mesmo resultado. Desta forma podemos calcular a cobertura para cada uma das configurações e perceber qual ou quais as configurações que são verificadas por mais casos para atingir o resultado.

Evidentemente, uma configuração que tenha uma baixa cobertura, isto é, que cubra uma pequena proporção dos casos com determinado resultado, não é empiricamente tão relevante quanto uma configuração que tenha uma cobertura elevada. Podemos afirmar que a cobertura é uma medida da importância empírica de determinada configuração.

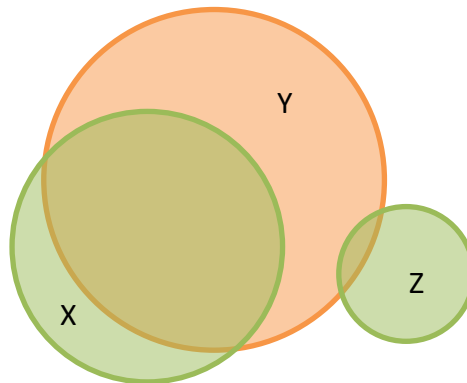
A cobertura não é o mesmo que a consistência acabando até por, ainda que não sendo conceitos contrários, se influenciar de forma inversa. Isto é fácil de verificar quando conjecturamos uma configuração de condições causais muito específicas em que todos os casos que apresentam essa configuração também apresentam o mesmo resultado. A consistência é elevada, mas como é uma configuração muito específica, inclui poucos casos e, como tal, a cobertura é baixa.

A melhor forma de compreender o cálculo da cobertura é através de um diagrama de Venn. Vamos definir X e Z como configurações e Y como o resultado. Os casos que seguem o mesmo caminho para o resultado estão contidos na sobreposição entre X e Y ou entre Z e Y. Analisando a Figura 2 vemos que a cobertura de Y por X é superior à cobertura de Y por Z, o que significa que a cobertura da configuração X é superior à cobertura da configuração Z.

---

<sup>15</sup> Adaptado de Ragin (2008), Capítulo III

Figura 2 - Diagrama de Venn mostrando a sobreposição parcial dos conjuntos X, Y e Z



Fonte: Elaboração própria

Para medir a sobreposição de X e Y temos de calcular a sua interseção, o que pode ser feito através da seguinte fórmula:

$$\text{Interseção} = \Sigma[\min(X_i, Y_i)]$$

Esta interseção constitui o numerador da fórmula do cálculo da cobertura, que é o mesmo numerador da fórmula do cálculo da consistência e, como tal, a explicação dada aquando da definição da consistência também aqui se aplica. Já o denominador do cálculo da cobertura é o número total de casos com o mesmo resultado, o que é dado pela soma de todos os graus de pertença a esse resultado. Então a fórmula de cálculo da cobertura é a seguinte:

$$\text{Cobertura } (X_i \leq Y_i) = \frac{\Sigma[\min(X_i, Y_i)]}{\Sigma(Y_i)}$$

Ou seja, a fórmula da cobertura substitui  $\Sigma(X_i)$  por  $\Sigma(Y_i)$  na fórmula do cálculo da consistência.

É imperativo que a consistência seja calculada **antes** da cobertura, até porque não faz sentido calcular a cobertura de uma condição causal que não seja consistente.

Também a cobertura pode ser calculada para a solução e não apenas para as configurações. Neste caso, a cobertura (*solution coverage*) é calculada da mesma forma,

substituindo o grau de pertença a uma configuração pelo grau de pertença à união das configurações que compõem o resultado.

## Capítulo 5 – Aplicação da fsQCA ao PAECPE

### Amostra

Para a realização deste estudo foram utilizados dados das candidaturas ao PAECPE submetidas ao Centro de Emprego de Coimbra durante o ano de 2012 e que tenham sido, obviamente, aprovadas.

De acordo com o regulamento do programa, o promotor terá de manter o seu próprio emprego por um período de três anos sob pena de ter de devolver os subsídios concedidos e optou-se por utilizar este critério para caracterizar cada caso como tendo sucesso ou insucesso. Tendo isso em vista, era necessário que, à data da realização do estudo, já tivessem passado três anos completos desde as datas de todas as candidaturas utilizadas, daí a utilização das candidaturas submetidas durante 2012.

Outra limitação à amostra prende-se com o facto de, apesar de haver um sistema de informação, neste caso o SIEF, onde constam todas as candidaturas a nível nacional, certos dados que foram utilizados para compor as diversas variáveis envolvidas no estudo apenas se podem retirar do processo físico (em papel) da própria candidatura. Acontece que esses processos são arquivados nos Centros de Emprego. Uma vez que o Centro de Emprego de Coimbra funciona no mesmo edifício da Delegação Regional – onde foi realizado o estágio – bastou aceder ao arquivo e retirar os dados. Contudo não foi possível visitar outros Centros e, como tal, apenas foram utilizadas as candidaturas submetidas ao Centro de Coimbra.

De um total de 102 candidaturas submetidas apenas foram aprovadas 77. Destas 77 havia dez cujo processo em papel não se encontrava no arquivo, pelo que não foi possível retirar alguns dados necessários e não puderam ser utilizadas. Desta forma, a amostra é composta por 67 casos.

### Variáveis

Após percebermos quais as variáveis mais utilizadas pelos investigadores na revisão de literatura presente no capítulo III, optámos por utilizar algumas dessas variáveis neste estudo. As variáveis independentes incluem dois tipos de dados: variáveis

demográficas relativas ao promotor e uma variável respeitante ao projeto. De seguida é explicado ao detalhe em que consiste cada uma das variáveis e qual o objetivo em incluí-la no estudo:

- Idade – A idade do promotor na data da candidatura ao programa. A idade é utilizada como variável porque com a idade varia muito a forma de olhar para a vida e para os projetos profissionais. Por exemplo, um promotor com 25 anos pode estar a realizar o seu primeiro projeto empreendedor e ter o pensamento de que se esse não resultar terá muito tempo para realizar um que resulte. Já um promotor de 60 anos poderá ter a consciência de que esta pode ser a sua última oportunidade e que tem obrigatoriamente de triunfar, levando a um rigor superior das práticas de gestão;
- Género – O género do promotor. É utilizada com o objetivo de perceber se existem diferenças no cumprimento do programa entre homens e mulheres.
- Habilitações literárias – As habilitações literárias do promotor na data da candidatura ao programa, é utilizada com o objetivo de perceber se uma formação académica mais aprofundada proporciona uma longevidade dos negócios superior;
- Experiência profissional na área – O número de anos de experiência de trabalho que o promotor possuía na mesma área do negócio que se propõe a criar, na data da candidatura ao programa. Tal como no caso das habilitações literárias, é possível que uma experiência na área superior leve a que os negócios sobrevivam por mais tempo;
- Peso do subsídio de desemprego no investimento – A proporção do investimento que compete ao subsídio de desemprego que é antecipado ao promotor por recorrer ao programa. Calcula-se da seguinte forma:

$$\text{Peso do subsídio} = \frac{\text{valor do subsídio antecipado}}{\text{valor total do investimento}}$$

Sendo que o valor total do investimento será o valor em euros do subsídio antecipado ao promotor somado ao valor que este está disposto a investir do seu

próprio bolso. O objetivo de utilizar esta variável é perceber se aqueles casos cuja dependência do subsídio é maior, ou seja, o promotor injeta menos dinheiro do seu próprio bolso são mais propícios a falhar porque o promotor sente que não é o seu dinheiro que está a desperdiçar e, como tal, leva a cabo uma gestão menos rigorosa.

Como variável dependente temos o sucesso ou insucesso do negócio. Este sucesso é medido de acordo com os requisitos do PAECPE, que é que o promotor mantenha o seu posto de trabalho durante três anos a contar da data de início de atividade. A esta variável chamou-se “Cumprimento” e considera-se que se o promotor manteve o seu posto de trabalho durante os três anos cumpriu e se não manteve não cumpriu.

Na tabela 1 são apresentadas as estatísticas descritivas e a distribuição de frequências relativas às variáveis.



Tabela 1 - Estatísticas descritivas e distribuição das frequências das variáveis

Estatísticas descritivas			
	Idade	Experiência	Peso do subsídio
Média	39,4328	8,7910	0,7643
Mediana	38	7	0,8538
Moda	34	0	1
Desvio-padrão	8,2540	9,3623	0,2379
Variância da amostra	68,1280	87,6526	0,0566
Amplitude de Intervalo	33	38	0,7995
Mínimo	23	0	0,2005
Máximo	56	38	1

Distribuição de frequências		
Género	f	%
Homem	39	58,21
Mulher	28	41,79
Habilitações literárias		
4º ano	4	5,97
6º ano	8	11,94
9º ano	15	22,39
11º ano	5	7,46
12º ano	19	28,36
Licenciatura	16	23,88
Cumprimento		
Sim	50	74,63
Não	17	25,37

Fonte: Elaboração própria

Como vimos anteriormente, estas variáveis precisam de ser calibradas antes que lhes seja aplicada a metodologia. O método direto de calibragem consiste no estabelecimento de três valores, por cada variável, que funcionam como âncoras e a partir dos quais são calibrados os restantes de forma relativa. Ragin (2008) defende que o estabelecimento dos valores que devem corresponder a cada uma dessas âncoras deve ser feito com base em conhecimento existente na literatura ou na experiência do autor, de forma a que seja independente dos próprios dados recolhidos. O que acontece na prática é que se estivermos a classificar os países como desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento com base nos valores do PIB *per capita* é possível encontrar na literatura existente os valores de PIB *per capita* para os quais se considera que um país é desenvolvido

ou está em vias de desenvolvimento, mas se procurarmos as idades ou anos de experiência para os quais se considera que uma pessoa é “velha” ou “experiente” para criar um novo negócio os resultados não são tão animadores. Então optou-se por transformar os dados das seguintes formas:

- Idade – Uma vez que os valores para a idade oscilam entre os 23 e os 56 anos aplicou-se a seguinte fórmula:

$$idade\_cal = 1 - \frac{56 - idade}{56 - 23}$$

Em que “idade\_cal” é o grau de pertença da idade para um determinado caso e “idade” o seu valor inicial. Desta forma aos valores extremos, 23 e 56, são atribuídos os graus de pertença de 0 e 1, respetivamente. Aos valores de idade entre 23 e 56 são atribuídos graus de pertença entre 0 e 1 consoante a sua distância a estes dois extremos;

- Género – Esta variável é qualitativa e apenas pode tomar duas formas: “homem” ou “mulher”. Desta forma atribui-se o grau de pertença 1 para “homem” e 0 para “mulher”;
- Habilitações literárias – No caso desta variável foram identificados os valores que podia assumir e para cada um desses valores foi atribuído um grau de pertença. À Licenciatura, como grau mais alto presente na amostra foi atribuído o grau de pertença de 1; o 9º ano de escolaridade, marcando este o final da educação generalista – a partir do ensino secundário existe sempre especialização em alguma área – foi escolhido como ponto de máxima ambiguidade (0,5); os restantes graus de pertença foram atribuídos de forma relativa a estas duas referências, de acordo com a tabela 2:

Tabela 2 - Correspondência entre valores calibrados e não calibrados da variável "habilitações literárias" e distribuição de frequências

habilit	habilit_cal
4º ano	0,2
6ª ano	0,3
9º ano	0,5
11º ano	0,7
12º ano	0,8
Licenciatura	1

Fonte: Elaboração própria

Na primeira coluna da tabela 2 temos os possíveis valores que a variável pode assumir e na segunda coluna os respectivos graus de pertença que a variável pode assumir depois da calibragem;

- Experiência profissional na área – A lógica utilizada é a mesma que foi utilizada relativamente à idade. Neste caso como os anos de experiência profissional na área oscilam entre os 0 e os 38 a fórmula aplicada foi:

$$exp\_cal = 1 - \frac{38 - exp}{38 - 0}$$

Em que “exp\_cal” é o valor calibrado para a experiência profissional na área e “exp” o seu valor inicial;

- Peso do subsídio de desemprego no investimento – Esta variável, como no seu valor inicial é uma proporção, ou percentagem, já consiste num valor que obrigatoriamente se situa entre 0 e 1, inclusivamente. Deste modo optou-se por manter os valores iniciais como graus de pertença;
- Cumprimento – A variável dependente é uma variável do tipo booleano e, como tal, só pode assumir dois valores: SIM (verdadeiro) ou NÃO (falso). Para calibrar esta variável bastou substituir SIM por 1 e NÃO por 0.

Para uma melhor compreensão são apresentados, na tabela 3, os 15 primeiros casos. Na metade esquerda da tabela encontramos os dados recolhidos para cada caso e na metade direita os mesmos dados, já transformados conforme as regras de calibração

descritas acima. A tabela completa com a totalidade dos casos que compõem a amostra pode ser consultada no Apêndice A.

Tabela 3 - Valores calibrados e não calibrados dos 15 primeiros casos da amostra

Caso	idade	genero	habilit	exp	peso_sub	cump	idade_cal	gen_cal	habilit_cal	exp_cal	peso_sub_cal	cump_cal
1	56	homem	LICENCIAT	12	31,69%	SIM	1	1	1	0,32	0,32	1
2	27	homem	12 ANOS	3	87,39%	SIM	0,12	1	0,8	0,08	0,87	1
3	53	mulher	4 ANOS	0	99,76%	SIM	0,91	0	0,2	0	1	1
4	34	homem	9 ANOS	17	100,00%	SIM	0,33	1	0,5	0,45	1	1
5	41	homem	11 ANOS	17	91,82%	SIM	0,55	1	0,7	0,45	0,92	1
6	44	homem	12 ANOS	22	84,20%	SIM	0,64	1	0,8	0,58	0,84	1
7	48	homem	LICENCIAT	22	100,00%	NÃO	0,76	1	1	0,58	1	0
8	48	homem	9 ANOS	28	99,57%	NÃO	0,76	1	0,5	0,74	1	0
9	42	homem	9 ANOS	0	64,84%	SIM	0,58	1	0,5	0	0,65	1
10	38	mulher	9 ANOS	18	100,00%	SIM	0,45	0	0,5	0,47	1	1
11	36	homem	9 ANOS	13	91,65%	SIM	0,39	1	0,5	0,34	0,92	1
12	31	mulher	LICENCIAT	7	100,00%	SIM	0,24	0	1	0,18	1,00	1
13	47	mulher	11 ANOS	31	98,25%	NÃO	0,73	0	0,7	0,82	0,98	0
14	36	homem	12 ANOS	8	88,64%	SIM	0,39	1	0,8	0,21	0,89	1

Fonte: Elaboração própria

### Tabela de verdade

Depois de calibrados, os dados foram inseridos no software fsQCA. Seguidamente, através do próprio programa, foi elaborada uma tabela de verdade que nas suas linhas apresentava todas as combinações possíveis de variáveis independentes – neste caso, sendo cinco variáveis independentes o número de linhas é igual a  $2^5$ , ou seja 32 linhas. Nas suas colunas apresentava as variáveis independentes (cinco primeiras colunas), seguidas do número de casos que verifica cada configuração (coluna intitulada “*number*”), da coluna relativa ao resultado (“*cumprimento*”) e da coluna onde é indicada a consistência com que os casos que verificam cada configuração também apresentam o resultado (“*raw consistency*”).

O passo seguinte foi excluir da tabela todas as combinações cujo número de casos que as verificava era igual a zero, o que resulta numa frequência de corte (*frequency cutoff*) igual a 1. Quando a amostra é grande é usual que o valor da frequência de corte seja superior, o que elimina as combinações que são verificadas por um número pequeno de

casos, contudo, quando a amostra é pequena é aconselhável que este valor não ultrapasse 1 ou 2 (Ragin, 2008). Neste estudo optou-se por manter todas as combinações verificadas, o que resultou numa tabela de verdade com 14 linhas.

De seguida ordenou-se a tabela por ordem decrescente de consistência das combinações, por forma a avaliar onde deveria ser definida a consistência de corte (*consistency cutoff*), i.e. o limite onde é feita a distinção entre as configurações que se consideram ser subconjuntos do resultado e aquelas que se consideram não ser. Segundo Ragin (2008), este deve ocorrer quando se verifica uma diferença maior na consistência entre duas combinações consecutivas, mas sempre para valores de consistência superiores a 0,75. Como podemos verificar na tabela 4, no caso deste estudo essa diferença acontece entre as linhas quatro e cinco, em que a consistência passa de 0,7978 para 0,8262. No entanto, realizar o corte neste ponto significava que o número de casos pertencentes às configurações que se consideravam subconjuntos do resultado seria muito pequeno (7 casos apenas), pelo que se optou por realizar o corte entre os casos mais próximos de 0,75 por excesso e por defeito. Esta ação foi realizada introduzindo manualmente, na coluna “cumprimento”, os valores 1 nas combinações com consistência superior a 0,75 e 0 nas combinações com consistência inferior.

Tabela 4 - Tabela de verdade do estudo realizado

habilit	homem	peso_sub	idade	exp_area	number	cumprimento	raw consist.	PRI consist.	SVM consist.
0	0	1	1	0	3	1	0.900439	0.900439	0.900439
1	1	0	1	0	1	1	0.889632	0.889632	0.889632
1	1	0	0	0	2	1	0.839450	0.839450	0.839450
1	0	1	1	0	1	1	0.826241	0.826241	0.826241
1	0	0	1	0	1	1	0.797802	0.797802	0.797802
1	0	0	0	0	4	1	0.773109	0.773109	0.773109
1	1	1	1	0	6	1	0.768565	0.768565	0.768565
1	0	1	1	1	1	1	0.751064	0.751064	0.751064
1	1	1	0	0	9	0	0.747214	0.747214	0.747214
0	1	1	1	0	5	0	0.745436	0.745436	0.745436
1	0	1	0	0	11	0	0.740439	0.740439	0.740439
0	1	1	0	1	1	0	0.730497	0.730497	0.730497
1	1	1	1	1	4	0	0.688185	0.688185	0.688185
0	1	1	1	1	3	0	0.671141	0.671141	0.671141

Fonte: Software fsQCA

## Resultados

Depois de realizados os cortes relativos à frequência e à consistência foram analisados os dados recorrendo ao software fsQCA. A solução mais simples (*parsimonious solution*) é apresentada na tabela 5.

Tabela 5 - Resultados da aplicação do fsQCA ao PAECPE

---

--- PARSIMONIOUS SOLUTION ---  
frequency cutoff: 1.000000  
consistency cutoff: 0.751064

	raw coverage	unique coverage	consistency
	-----	-----	-----
~peso_sub	0.252200	0.073200	0.798607
~homem·idade	0.196600	0.052000	0.829536
habilit·idade· ~exp_area	0.367800	0.116800	0.797139
solution coverage: 0.493000			
solution consistency: 0.783037			

---

Fonte: Software fsQCA

Verificamos que existe uma condição causal isolada e duas configurações que parecem explicar o cumprimento das candidaturas ao PAECPE. Na primeira linha encontramos a negação da variável “peso do subsídio” (~peso\_sub, em que ~ simboliza negação) com uma cobertura de 0,25 e uma consistência de 0,80. Na segunda linha temos uma configuração composta por “ser mulher” (~homem) e maior idade (idade) – · significa interseção entre os conjuntos. É a configuração que apresenta maior consistência (0,83) e tem uma cobertura de 0,20. Na terceira linha surge a configuração composta por maiores habilitações literárias (habilit), maior idade (idade) e menor experiência na área (~exp\_area) com uma cobertura de 0,37 (a maior cobertura entre as configurações apresentadas) e uma consistência de 0,80.

Relativamente à solução final, o valor da consistência (*solution consistency*) é de 0,78, o que é um valor aceitável visto ser superior a 0,75 e a cobertura (*solution coverage*) de 0,49 é também um valor considerável.

A análise às condições suficientes para a negação do cumprimento revelou valores de consistência demasiado baixos para que se pudesse estabelecer qualquer relação.

Adicionalmente foi realizada uma análise das condições necessárias em que foram testadas todas as variáveis bem como a sua negação. Os resultados desta análise mostraram valores de consistência inferiores a 0,8 para todas as variáveis testadas, um valor abaixo do limiar de 0,9 tipicamente usado pelos investigadores para considerar que existe uma relação de necessidade (Vis e Dul, 2016). Desta forma concluiu-se que não existem condições necessárias ao cumprimento do PAECPE.

### **Discussão**

Em primeiro lugar nos resultados surge uma condição causal isolada ou, mais concretamente, a negação de uma condição causal, o peso do subsídio. Este resultado sugere que projetos que estão menos dependentes do subsídio a receber, ou seja, aqueles em que o promotor investe mais dinheiro do seu bolso, são aqueles com maior probabilidade de cumprimento. Tal pode significar que, quando o promotor está disposto ou é obrigado a usar o seu próprio dinheiro, ele encara o projeto com maior seriedade e é mais rigoroso nas práticas de gestão.

De cada uma das configurações obtidas de seguida conseguimos retirar um perfil de empreendedor que tem maiores probabilidades de cumprir o programa, apesar de não podermos avaliar o real desempenho económico da empresa criada. O primeiro perfil que retiramos é o de empreendedores do sexo feminino e de maior idade, para o qual, atendendo à revisão da literatura efetuada, sugerimos duas justificações. Por um lado, este resultado pode confirmar que nas últimas décadas se esbateram as diferenças nas oportunidades a que homens e mulheres têm acesso e que hoje em dia as empresas fundadas por mulheres acabam por ter um desempenho superior. Por outro lado, pode ter outra justificação que não é tão otimista: é possível que as pessoas mais velhas aceitem um desempenho económico inferior porque com o aumento da idade aumentam também os custos de mudar de emprego. Gimeno *et al* (1997) desenvolvem esta relação entre a idade e o aumento dos custos de mudança e citam vários estudos que demonstram que pessoas mais velhas demoram mais tempo a encontrar um emprego (Shrieves, 1995) e têm menores probabilidades de chegar sequer a encontrar um (Bortnik and Ports, 1992), o que pode estar relacionado com o facto de as empresas precisarem de treinar os recém contratados e, que por este motivo, preferem contratar candidatos mais jovens (Mincer,

1974). Combinando o resultado obtido neste sentido em relação à idade com o sexo feminino pode significar que, para as mulheres, as oportunidades continuam a ser menores do que para os homens, com especial impacto para as mulheres mais velhas, o que as leva a aceitar um desempenho inferior das empresas fundadas por si por terem maiores dificuldades em conseguir outro emprego.

O outro perfil que podemos retirar – da configuração entre maiores habilitações académicas, maior idade e menor experiência no setor – é a de alguém com formação superior, que pelo sentido do resultado quanto à idade pode ter experiência de trabalho mas numa área distinta daquela em que veio a criar o seu próprio negócio. O que seria interessante perceber era se a decisão de se aventurar como empreendedor se deveu à identificação de uma necessidade do mercado e/ou a realização de uma ideia de negócio ou se, pelo contrário, se tratou de um empreendedorismo por necessidade uma vez que estava a ter dificuldade em conseguir outro emprego.

Não podemos, contudo, deixar de apontar algumas limitações ao estudo. Em primeiro lugar o facto de só contemplar processos entregues no Centro de Emprego de Coimbra, o que quer dizer que os promotores são residentes na área abrangida por este Centro e, como tal, é provável que a nova empresa opere na mesma área, que é uma área urbana e que pode ter influência no sucesso do negócio. Brüderl *et al* (1992) encontraram uma diferença na taxa de mortalidade das empresas criadas na cidade de Munique e aquelas criadas na restante Alta Baviera, sendo essa taxa de mortalidade superior para as empresas a operar em Munique. No caso deste estudo, visto que alguns dados utilizados foram retirados dos processos físicos, que são armazenados nos respetivos Centros de Emprego em que a candidatura foi entregue, a única forma de ampliar o âmbito do estudo seria visitar mais Centros de Emprego, o que nunca foi hipótese devido a fatores monetários e de escassez de tempo.

Uma outra limitação prende-se com o facto de todas as candidaturas serem do mesmo ano, o que implica que o funcionamento de todas as empresas seja analisado entre os anos de 2012 e 2015. Sendo que Portugal não viveu um período de grande crescimento económico nestes anos, é possível que o insucesso de algumas empresas tenha sido



influenciado por esse fator. Segundo Geroski *et al* (2010), o estado geral da economia é uma condição que há muito tem sido indicada pelos economistas como responsável pela cessação da atividade das empresas. Seria interessante analisar candidaturas com um horizonte temporal mais alargado por forma a que os resultados não sejam influenciados pela conjuntura económica de determinado período.

Em último lugar, mas não menos importante, consideramos como limitação a variável utilizada para caracterizar o sucesso ou insucesso de cada caso. Numa perspetiva de relacionar as condições iniciais com o sucesso ou insucesso no cumprimento do programa é suficiente, mas impossibilita-nos de ir além do mero cumprimento e avaliar o desempenho económico. Para conseguir uma medida do desempenho económico seria necessário fazer entrevistas aos empreendedores o que, mais uma vez por questões monetárias e de escassez de tempo não foi possível. No entanto, a ser possível teria permitido não só verificar a sobrevivência das empresas mas também classificá-las consoante o seu crescimento.

Relacionar as condições iniciais com o crescimento possibilitaria dar um passo em frente e ser mais restrito nos projetos que escolhemos subsidiar. Segundo Shane (2009), a típica *start-up* não contribui para o crescimento económico nem para a criação de empregos. Comparativamente com as empresas existentes, as novas empresas são menos produtivas, fazem pior uso dos recursos e oferecem piores condições de trabalho. Na realidade, os programas generalistas de apoio ao empreendedorismo não vêm ajudar nesta causa porque:

Estimulam mais pessoas a fundar novas empresas desproporcionalmente em setores competitivos com baixas barreiras à entrada e altas taxas de mortalidade. Isso acontece porque o típico empreendedor é muito mau a escolher setores e escolhe aqueles em que é mais fácil entrar, não aqueles que são mais acertados<sup>16</sup> (Johnson, 2004 *apud* Shane, 2009: 143).

---

<sup>16</sup> Tradução livre do autor. No original “*they stimulate more people to start new companies disproportionately in competitive industries with lower barriers to entry and high rates of failure. That’s because the typical entrepreneur is very bad at picking industries and choosing the ones that are easiest to enter, not the ones that are best for start-up*” (Johnson, 2004 *apud* Shane, 2009: 143).

Para além disso, acrescenta Shane (2009), quem tem tendência a aproveitar estes incentivos não são os melhores empreendedores, mas sim quem está desempregado, porque tem um menor custo de oportunidade do seu tempo, e quem está desempregado tende a ter pior desempenho como empreendedor – embora Dahlqvist *et al* (2000) não tenham verificado esta relação.

O que Shane (2009) sugere é que se pare de subsidiar a típica *start-up* e realocar os recursos para os projetos com maior potencial de crescimento e para subsidiar projetos de Investigação e Desenvolvimento das empresas existentes. Pode-se argumentar que não é possível concentrar apenas naqueles projetos que têm um maior potencial de crescimento porque não sabemos quais são, mas tal não é verdade porque os investidores de capital de risco e os *business angels* conseguem-no fazer com sucesso, o que sugere que é possível avaliar *a priori* um projeto como rentável.

Posto isto, acreditamos que, mais do que ter em consideração, no momento da avaliação da candidatura, se o empreendedor irá manter o seu emprego durante três anos é necessário que se avalie o potencial de crescimento e se decida com base nisso. Para tal seria importante realizar um estudo que incidisse nas empresas criadas ao abrigo do PAECPE mas que utilizasse os mesmos três resultados possíveis utilizados por Cooper *et al* (1994) e Dahlqvist *et al* (2000): falência, mera sobrevivência e alto crescimento, pelo que esta é a sugestão de que deixamos para estudos futuros, preferencialmente com uma amostra relativa a todo o território nacional.

## Conclusão

Como parte integrante do Mestrado em Gestão oferecido pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra realizei um estágio curricular na Delegação Regional do Centro do Instituto do Emprego e Formação Profissional. Ao longo do estágio executei atividades relacionadas com diversos programas, sendo de destacar o Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego, no qual a minha tarefa era a de análise de candidaturas. Uma vez que esta análise é um procedimento subjetivo propus-me a efetuar um estudo que contribuísse de forma objetiva para este procedimento. Para tal comecei por efetuar uma revisão da literatura existente com o objetivo de fazer um apanhado das variáveis mais estudadas pelos investigadores que já tentaram relacionar as condições iniciais com o desempenho dos projetos de empreendedorismo. De seguida recolhi dados relativos a algumas dessas variáveis de processos do PAECPE para os quais era possível aferir o seu cumprimento e analisei-os utilizando uma metodologia denominada *fuzzy-set Qualitative Comparative Analysis* de modo a obter configurações de variáveis ligadas a uma maior probabilidade de cumprimento do programa.

Olhando em retrospectiva estou convicto de que os objetivos e o plano de estágio foram cumpridos com sucesso. É certo que em determinados momentos foram sentidas algumas dificuldades, mas com trabalho em equipa e ajuda dos supervisores estas dificuldades foram ultrapassadas e o trabalho que havia para fazer sempre foi concluído.

Considero positiva a experiência de estagiar no IEFP porque não só tive a oportunidade de aplicar alguns conhecimentos adquiridos no curso do Mestrado em Gestão, nomeadamente no que toca a avaliação de projetos, neste caso na forma de candidaturas ao PAECPE, como ganhei outro tipo de competências como a integração numa organização, o trabalho em equipa, ajudar os colegas e ser capaz de pedir ajuda quando necessitar. Fiquei a conhecer os programas oferecidos pelo IEFP, o que será certamente útil se um dia trabalhar para uma empresa que recorra a esses programas ou se pretender criar a minha própria empresa. Mas acima de tudo conheci muitas pessoas e fiz muitos amigos.

Também no que toca ao estudo realizado, o objetivo a que me propus de contribuir para tornar o procedimento de análise das candidaturas ao PAECPE mais objetivo dando mais força às decisões tomadas foi atingido com a identificação de uma condição causal relativa ao projeto e de dois perfis de promotores cuja probabilidade de cumprir os requisitos do programa é superior. É certo que não é infalível que os promotores que se enquadrem num destes perfis cumpram o programa, mas a identificação destes perfis é útil porque nos leva a questionar o que o que está por trás desse perfil e as torna mais capazes, o que, por sua vez, nos leva a fazer questões e a procurar por outras características na hora de avaliar uma candidatura que de outra forma não pensaríamos em fazer. Também ao realizar este estudo desenvolvi os meus conhecimentos, nomeadamente em relação à importância que as condições iniciais podem ter no desempenho futuro de uma empresa, algo que me poderá vir a ser útil no futuro caso venha a estar envolvido na criação de uma empresa. Adicionalmente fiquei a conhecer uma nova metodologia, o que será uma mais valia se voltar a fazer um trabalho de investigação em Gestão.

Desta forma concluo este relatório com uma sensação de dever cumprido e com a certeza que levo deste estágio e deste estudo muitas aprendizagens que me serão úteis ao longo da minha vida pessoal e profissional.

## Referências bibliográficas

- Bates, Timothy (1990) "Entrepreneur human capital inputs and small business longevity" *The Review of Economics and Statistics*. 72(4), 551-559.
- Bortnik, Steven M.; Ports, Michelle H. (1992) "Job search methods and results: Tracking the unemployed, 1991" *Monthly Labor Review*. 115, 29-35.
- Brüderl, Josef; Preisendörfer, Peter; Ziegler, Rolf (1992) "Survival chances of newly founded business organizations" *American Sociological Review*. 57, 227-242.
- Brush, Candida G. (1992) "Research on women business owners: past trends, a new perspective and future directions" *Entrepreneurship Theory and Practice*. 16(4), 5-30.
- Cooper, Arnold; Gimeno-Gascon, F. J.; Woo, Carolyn Y. (1994) "Initial human and financial capital as predictors of new venture performance" *Journal of Business Venturing*. 9, 371-395.
- Dahlqvist, Jonas; Davidsson, Per; Wiklund, Johan (2000) "Initial conditions as predictors of new venture performance: a replication and extension of the Cooper *et al* study" *Enterprise and Innovation Management Studies*. 1, 1-17.
- Geroski, Paul A.; Mata, José; Portugal, Pedro (2010) "Founding conditions and the survival of new firms" *Strategic Management Journal*. 31(5), 510-529.
- Gimeno, Javier; Folta, Timothy B.; Cooper, Arnold C.; Woo, Carolyn Y (1997) "Survival of the fittest? Entrepreneurial human capital and the persistence of underperforming firms" *Administrative Science Quarterly*. 42, 750-783.
- Johanson, Peter (2004) "Diferences in regional firm formation rates: A decomposition analysis" *Entrepreneurship Theory and Practice*. 28(5), 431-445.
- Kato, Masatoshi; Honjo, Yuji (2015) "Entrepreneurial human capital and the survival of the new firms in high- and low-tech sectors" *Journal of Evolutionary Economics*. 25, 925-957.
- Mata, José; Portugal, Pedro (1994) "Life duration of new firms" *The Journal of Industrial Economics*. 42(3), 227-245.

- Mincer, Jacob (1974) *Schooling, Experience, and Earnings*. Nova Iorque: National Bureau of Economic Research.
- Ragin, Charles C. (2008) *Redesigning social inquiry: fuzzy sets and beyond*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Ragin, Charles C., Kriss A. Drass and Sean Davey. (2006) *Fuzzy-Set/Qualitative Comparative Analysis 2.0*. Tucson, Arizona: Department of Sociology, University of Arizona.
- Riding, Allan L.; Swift, Catherine S. (1990) "Women business owners and terms of credit: some empirical findings of the Canadian experience" *Journal of Business Venturing*. 5(5), 327-340.
- Shane, Scott (2009) "Why encouraging more people to become entrepreneurs is bad public policy" *Small Business Economics*. 33, 141-149.
- Shrieves, Linda (1995) "Middle-agers need savvy resume for job hunt" *Orlando Sentinel*, 25 de julho.
- Stinchcombe, Arthur L. (1965) "Social structure and organizations" in March, J. G. (ed.) *Handbook of Organizations*. Chicago: Rand McNally Publishers, 142-193.
- Vis, Barbara; Dul, Jan (2016) "Analyzing relationships of necessity not just in kind but also in degree: Complementing fsQCA With NCA" *Sociological Methods & Research*. 1-28

## **Legislação consultada**

Portaria n.º 985/2009, de 4 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Portaria n.º 58/2011 – Cria o Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego

Decreto-lei n.º 143/2012, de 11 de julho - Aprova a orgânica do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.

Portaria n.º 319/2012 de 12 de outubro - Determina a organização interna do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.

Portaria n.º 204-B/2013, de 18 de junho, alterada pelas Portaria n.º 375/2013, de 27 de dezembro, Portaria n.º 20-A/2014, de 30 de janeiro e Portaria n.º 149-B/2014, de 24 de julho – Cria a Medida Estágios Emprego

Portaria n.º 149-A/2014, de 24 de julho – Cria a Medida Estímulo Emprego

Portaria n.º 151/2014, de 30 de julho – Cria o Programa Investe Jovem

Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro – aprova o Código do Procedimento Administrativo

## Apêndice A – Dados utilizados no estudo empírico

Caso	idade	genero	habilit	exp	peso_sub	cump	idade _cal	gen _cal	habilit _cal	exp_ _cal	peso_ sub_cal	cump _cal
1	56	homem	LICENCIAT	12	31,69%	SIM	1	1	1	0,32	0,32	1
2	27	homem	12 ANOS	3	87,39%	SIM	0,12	1	0,8	0,08	0,87	1
3	53	mulher	4 ANOS	0	99,76%	SIM	0,91	0	0,2	0	1	1
4	34	homem	9 ANOS	17	100,00%	SIM	0,33	1	0,5	0,45	1	1
5	41	homem	11 ANOS	17	91,82%	SIM	0,55	1	0,7	0,45	0,92	1
6	44	homem	12 ANOS	22	84,20%	SIM	0,64	1	0,8	0,58	0,84	1
7	48	homem	LICENCIAT	22	100,00%	NÃO	0,76	1	1	0,58	1	0
8	48	homem	9 ANOS	28	99,57%	NÃO	0,76	1	0,5	0,74	1	0
9	42	homem	9 ANOS	0	64,84%	SIM	0,58	1	0,5	0	0,65	1
10	38	mulher	9 ANOS	18	100,00%	SIM	0,45	0	0,5	0,47	1	1
11	36	homem	9 ANOS	13	91,65%	SIM	0,39	1	0,5	0,34	0,92	1
12	31	mulher	LICENCIAT	7	100,00%	SIM	0,24	0	1	0,18	1,00	1
13	47	mulher	11 ANOS	31	98,25%	NÃO	0,73	0	0,7	0,82	0,98	0
14	36	homem	12 ANOS	8	88,64%	SIM	0,39	1	0,8	0,21	0,89	1
15	31	mulher	9 ANOS	8	88,64%	SIM	0,24	0	0,5	0,21	0,89	1
16	31	mulher	LICENCIAT	8	20,05%	SIM	0,24	0	1	0,21	0,2	1
17	41	homem	12 ANOS	0	100,00%	NÃO	0,55	1	0,8	0	1	0
18	30	mulher	LICENCIAT	5	92,33%	SIM	0,21	0	1	0,13	0,92	1
19	34	homem	LICENCIAT	8	100,00%	NÃO	0,33	1	1	0,21	1	0
20	43	homem	4 ANOS	0	64,83%	NÃO	0,61	1	0,2	0	0,65	0
21	39	homem	12 ANOS	0	66,76%	SIM	0,48	1	0,8	0	0,67	1
22	29	mulher	LICENCIAT	0	57,44%	NÃO	0,18	0	1	0	0,57	0
23	32	mulher	9 ANOS	7	100,00%	SIM	0,27	0	0,5	0,18	1	1
24	42	mulher	9 ANOS	13	94,92%	SIM	0,58	0	0,5	0,34	0,95	1
25	37	mulher	LICENCIAT	8	84,64%	NÃO	0,42	0	1	0,21	0,85	0
26	41	homem	6 ANOS	0	100,00%	SIM	0,55	1	0,3	0	1	1
27	37	mulher	12 ANOS	0	79,52%	SIM	0,42	0	0,8	0	0,8	1
28	48	homem	6 ANOS	25	75,06%	SIM	0,76	1	0,3	0,66	0,75	1
29	56	homem	4 ANOS	11	100,00%	NÃO	1	1	0,2	0,29	1	0
30	36	homem	12 ANOS	11	65,85%	SIM	0,39	1	0,8	0,29	0,66	1
31	23	mulher	12 ANOS	0	60,79%	NÃO	0	0	0,8	0	0,61	0
32	36	homem	LICENCIAT	0	97,57%	SIM	0,39	1	1	0	0,98	1
33	29	mulher	LICENCIAT	0	23,48%	SIM	0,18	0	1	0	0,23	1
34	39	homem	12 ANOS	0	100,00%	SIM	0,48	1	0,8	0	1	1
35	53	mulher	4 ANOS	0	90,92%	SIM	0,91	0	0,2	0	0,91	1
36	35	mulher	12 ANOS	0	48,57%	SIM	0,36	0	0,8	0	0,49	1
37	54	homem	6 ANOS	38	64,27%	NÃO	0,94	1	0,3	1	0,64	0
38	46	homem	12 ANOS	0	90,13%	SIM	0,7	1	0,8	0	0,9	1

*(continua na página seguinte)*



(continuação)

Caso	idade	genero	habilit	exp	peso_sub	cump	idade_cal	gen_cal	habilit_cal	exp_cal	peso_sub_cal	cump_cal
39	23	homem	9 ANOS	4	60,79%	NÃO	0	1	0,5	0,11	0,61	0
40	34	homem	9 ANOS	6	60,79%	SIM	0,33	1	0,5	0,16	0,61	1
41	34	mulher	12 ANOS	10	60,79%	NÃO	0,33	0	0,8	0,26	0,61	0
42	36	mulher	9 ANOS	6	68,93%	SIM	0,39	0	0,5	0,16	0,69	1
43	29	mulher	LICENCIAT	3	23,48%	SIM	0,18	0	1	0,08	0,23	1
44	31	homem	12 ANOS	10	73,13%	SIM	0,24	1	0,8	0,26	0,73	1
45	37	homem	12 ANOS	0	100,00%	NÃO	0,42	1	0,8	0	1	0
46	46	homem	6 ANOS	31	87,66%	SIM	0,7	1	0,3	0,82	0,88	1
47	34	homem	6 ANOS	20	94,02%	NÃO	0,33	1	0,3	0,53	0,94	0
48	40	mulher	12 ANOS	5	31,50%	SIM	0,52	0	0,8	0,13	0,32	1
49	35	mulher	11 ANOS	0	76,43%	NÃO	0,36	0	0,7	0	0,76	0
50	45	homem	9 ANOS	0	57,98%	SIM	0,67	1	0,5	0	0,58	1
51	49	mulher	6 ANOS	0	83,31%	SIM	0,79	0	0,3	0	0,83	1
52	53	homem	11 ANOS	22	100,00%	SIM	0,91	1	0,7	0,58	1	1
53	47	mulher	9 ANOS	8	59,61%	SIM	0,73	0	0,5	0,21	0,6	1
54	32	mulher	12 ANOS	11	93,10%	SIM	0,27	0	0,8	0,29	0,93	1
55	28	mulher	LICENCIAT	3	54,47%	SIM	0,15	0	1	0,08	0,54	1
56	30	homem	9 ANOS	5	29,41%	SIM	0,21	1	0,5	0,13	0,29	1
57	33	homem	LICENCIAT	6	29,41%	SIM	0,3	1	1	0,16	0,29	1
58	37	homem	LICENCIAT	7	29,41%	SIM	0,42	1	1	0,18	0,29	1
59	47	mulher	12 ANOS	16	91,24%	SIM	0,73	0	0,8	0,42	0,91	1
60	51	homem	LICENCIAT	26	85,38%	SIM	0,85	1	1	0,68	0,85	1
61	34	mulher	LICENCIAT	14	94,25%	SIM	0,33	0	1	0,37	0,94	1
62	46	homem	6 ANOS	0	99,79%	SIM	0,7	1	0,3	0	1	1
63	50	homem	6 ANOS	0	99,79%	SIM	0,82	1	0,3	0	1	1
64	47	mulher	9 ANOS	6	63,02%	SIM	0,73	0	0,5	0,16	0,63	1
65	40	homem	12 ANOS	12	60,39%	SIM	0,52	1	0,8	0,32	0,6	1
66	41	homem	12 ANOS	18	60,39%	NÃO	0,55	1	0,8	0,47	0,6	0
67	50	homem	11 ANOS	0	89,09%	SIM	0,82	1	0,7	0	0,89	1

Fonte: dados do IEPF tratados pelo autor